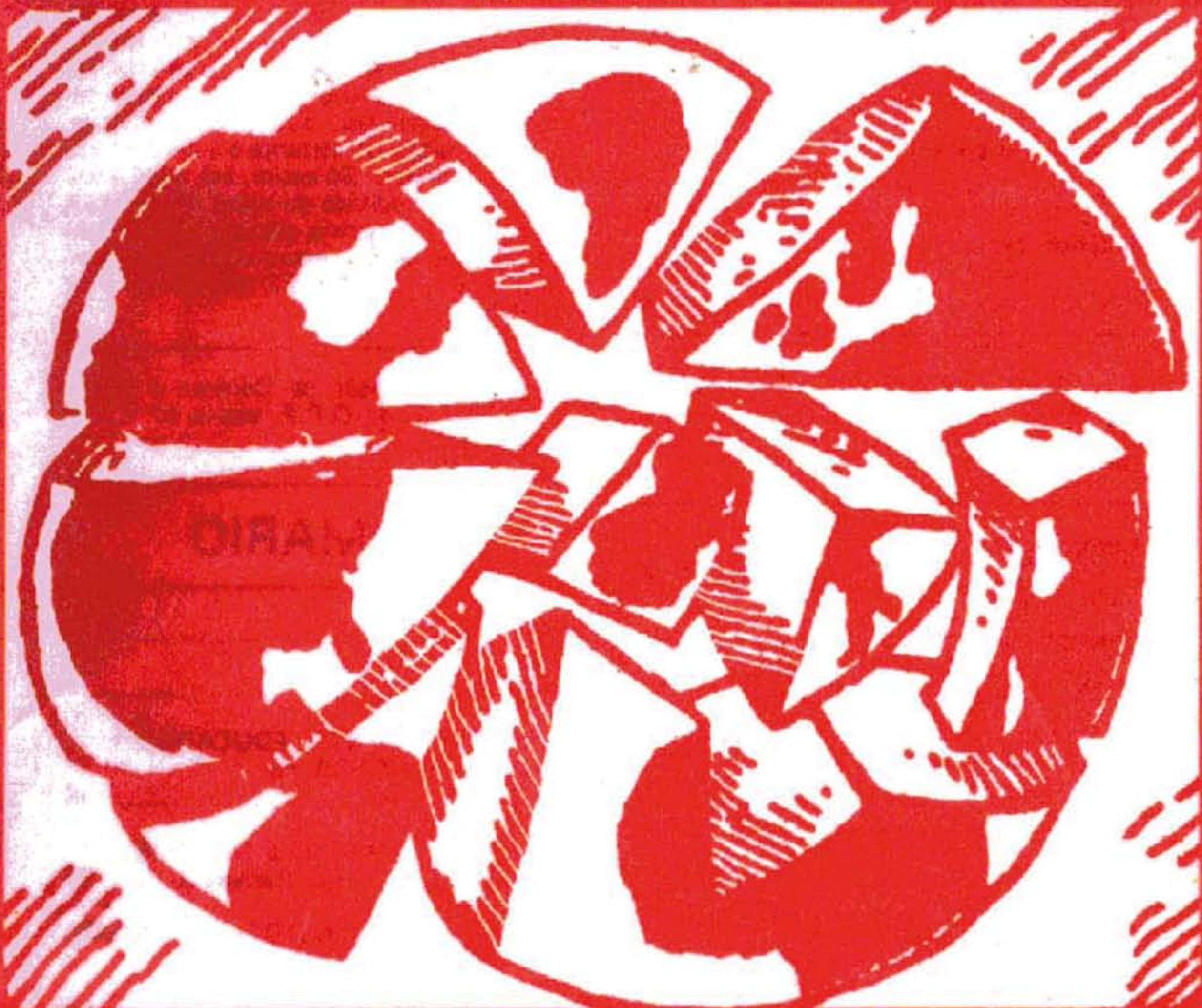


convergência

JAN/FEV — 1983 — ANO XVIII — Nº 159



- **O ESPÍRITO SANTO, EDUCADOR PERENE, DE NOSSA FÉ**
Irmão Nery, FSC — página 18
- **AUTORIDADE E OBEDIÊNCIA NAS COMUNIDADES DE INSERÇÃO** — Frei Clodovis Boff, OSM — página 38
- **OPÇÃO PELOS POBRES E CULTURA SECULAR**

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima

Equipe de Programação:

Pe. Cleto Caliman, SDB

Ir. Delir Brünelli, PIDP

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1983:

Brasil, taxa única, terrestre ou aérea:

Até 30.04.1983	Cr\$ 4.900,00
Exterior: marítima	US\$ 21,00
aérea	US\$ 29,00
Número avulso	Cr\$ 490,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivre S/C Ltda., Rua
Correia Vasques, 25 — loja. 20211 Rio de
Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Com-
posições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75,
s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora
Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600
Petrópolis — RJ.

Nossa Capa

Em arte visual, o olho é a parte mais importante do corpo humano, pois saber olhar sempre foi o primeiro ato produtivo para sua inteligibilidade. Nossa capa quer visualizar uma idéia de força e força apocalíptica. Um quadro, sinistramente didático, que se observa com apreensão e realismo. O antônimo de convergência. A ruptura das forças que possibilitam a coesão e a vida. A terra se esfacela e vai se desfigurando em veloz movimento espacial. Suas partes desintegram-se, sem rumo. É apenas um símbolo. Uma figuração mental. Pode, também, ser uma realidade no macrocosmo sem vida ou nos

microorganismos de vida primária. Tanto na pessoa como na sociedade. Na Igreja e nas Congregações. A **UNIÃO** e a **re-união**, o reverso da representação de nossa capa, é o lugar teológico para a teofania de Deus. "Onde dois ou três estiverem REUNIDOS em meu nome, Eu estou no meio deles", Mt 18, 20. **CONVERGÊNCIA** quer continuar sendo, em 1983, o que sempre foi, um insistente convite mensal, a Você, Religioso e Religiosa, para se transformar|diuturnamente em instrumento de RECOMPOSIÇÃO. Da **UNIÃO** promana a força e a única solução fundamental. Vivemos um universo de antíteses e oposições pouco dialéticas. Urge criar espaços intermediários de harmonia, removendo barreiras, distorções, impasses, com a intuição do instante e a consciência global do tempo. Só assim, até onde a vista alcança, o edifício da VIDA RELIGIOSA ganhará a necessária aderência e as fundações que lhe garantem o papel e a função na construção do REINO, de sua PAZ e UNIDADE.

Registro na Divisão de Censura e Diver-
sões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-
P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL	1
INFORME DA CRB	3
O ESPÍRITO SANTO, EDUCADOR PERENE DE NOSSA FÉ Irmão Nery, FSC	18
VOCAÇÃO E VONTADE DE DEUS Pe. Erich G. Hennings, Barnabita	34
COMUNIDADES AUTOGOVERNADAS. AUTORIDADE E OBEDIÊNCIA NAS COMUNIDADES DE INSERÇÃO Frei Clodovis Boff, OSM	38
OPÇÃO PELOS POBRES E CULTURA SECULAR. IMPLICAÇÕES DO MOMENTO ECLESIAL Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ ..	46
ÍNDICE ALFABÉTICO, POR AUTOR. ANO 1982 Irmã Yolanda Nascimento, MJC	60

EDITORIAL

Começar um novo ano significa experimentar sentimentos diversificados que se unificam na tônica da esperança. Esperança de dias melhores, de paz para a humanidade, de harmonia e bom entendimento na família, no trabalho, no convívio fraterno. Esperança, numa palavra, de que o Reino de Deus — com sua dinâmica de justiça, de fraternidade, de respeito à dignidade de todos — aconteça de fato em cada um dos dias que começam a suceder-se na seqüência de mais um ano.

Convergência — a revista dos Religiosos e Religiosas do Brasil — começa 83 nesta mesma tônica. E quer ser para todas as comunidades, para todos os seus Leitores, uma mensagem viva de esperança. Quer anunciar com o profeta e em nome do Senhor: “Fortificai as mãos desfalecidas, robustecei os joelhos vacilantes. Dizei aos de coração perturbado: cobrai ânimo, não temais! Eis o vosso Deus. Ele próprio vem e vos salvará”. Esta certeza da presença de Javé que salva e que liberta é a fonte da esperança de seu povo, hoje como nos dias antigos. Nesta certeza se apóia para superar os obstáculos da caminhada e as ambigüidades da

história. Nesta certeza confia para além de todas as forças do mal, da destruição e da morte. Desta certeza faz emergir a capacidade de esperar contra toda esperança e a coragem de anunciar a vitória definitiva do Reino da justiça e do amor.

Nesta perspectiva de esperança e de libertação, **Convergência** focaliza este ano dois acontecimentos significativos na Igreja e na Vida Religiosa do país: a celebração do **Ano Vocacional** e a ocorrência da **XIII Assembléia Geral Ordinária da CRB**. O primeiro destes acontecimentos — o ANO VOCACIONAL — visa envolver toda a comunidade eclesial na atual situação das vocações de especial consagração na Igreja, sobretudo, presbiterais. Quer ser um tempo forte de reflexão, de oração e de esperança em torno a esta questão vital para a Igreja do Brasil.

O segundo — a ocorrência da **XIII Assembléia Geral Ordinária da CRB** — constitui um momento de especial participação e comunhão na vida da CRB. A temática escolhida para a reflexão desta Assembléia Geral focaliza um tema de particular interesse e atualidade: **Autoridade e Governo na Vida Religiosa**. O texto-ba-

se, amplamente divulgado foi estudado e discutido nas comunidades e mais de 300 respostas de provinciais ou comunidades chegaram até dezembro à CRB. Desta rica contribuição dos Religiosos e Religiosas do Brasil, deve surgir agora o conteúdo da reflexão na Assembléia, com os aspectos a serem aprofundados e a organização e dinâmica destes dias de encontro fraterno, de reflexão e de decisão, que constituem a Assembléia Geral.

Neste primeiro número do ano, **Convergência** oferece aos seus Leitores o artigo de **Frei Clodovis Boff, OSM**: "Comunidades autogovernadas: autoridade e obediência nas comunidades de inserção". Nela o autor focaliza a "questão particular da autoridade-obediência na Vida Religiosa, tentando perscrutar as mudanças que aí estão se dando, mais particularmente no nível das pequenas comunidades inseridas. O que nelas se passa exprime de maneira mais clara e definida o que se passa de forma mais difusa (e mesmo confusa) no campo mais vasto de toda Instituição Religiosa".

"Vocação e vontade de Deus" é uma reflexão do **Pe. Erich Georg Hennings**, barnabita, sobre o desígnio libertador e salvífico de Deus para o homem. Para o autor, a vocação significa que cada pessoa "tem uma razão de ser, uma missão, um lugar, uma realização no plano salvífico de Deus, dentro da histó-

ria humana. É chamada à existência para... configurar-se a Cristo, a partir do batismo, a fim de ser libertada do pecado, da morte e de todas as formas de escravidão tanto externos quanto internos".

O artigo do **Irmão Nery, FSC**, — "O Espírito Santo, educador perene de nossa fé, segundo o Novo Testamento" — é uma reflexão bíblica em torno ao assunto, que quer ajudar os leitores a dar "passos significativos em seu crescer em idade, sabedoria e graça, para ser cada vez mais maduramente transparência de Deus, agente da construção do Reino, deixando-se guiar pelo Espírito Santo nosso perene educador".

"Opção pelos pobres e cultura secular — Implicações do momento eclesial" — é um trabalho do **Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ**, de grande atualidade e especial interesse. Nele, o autor focaliza e trata de esclarecer a tese segundo a qual a "secularização não é e nem será problema para a evangelização na América Latina, sobretudo no Brasil". Na sua profunda análise da questão, Pe. Marcello deixa claro que "bem fundada, é certo, tal posição não pode ser, contudo, absolutizada". O artigo reveste particular interesse para quantos se preocupam com a Evangelização no hoje e no amanhã da nossa Igreja e do nosso continente.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

ENCONTRO ANUAL DA DIRETORIA E EXECUTIVO NACIONAIS COM OS PRESIDENTES E SECRETÁRIOS EXECUTIVOS REGIONAIS

Realizou-se no Rio de Janeiro, de 16 a 19 de novembro de 82, mais um Encontro anual da Diretoria e Executivo Nacionais com os Presidentes e Secretários Executivos Regionais da CRB.

Participaram pela Nacional: Pe. Décio Batista Teixeira, Presidente; Pe. Dionísio Schiuchetti; Ir. Claudino Falqueto; Ir. Silvino Fritzen; Pe. Manoel Losada; Ir. Ma. das Graças Martins; Ir. Clea de Castro Neves; Ir. Maria de Fátima Maron Ramos; Ir. Ernestina Costa — Diretores; Ir. Helena Maria Ferreira, Ir. Maria Carmelita de Freitas; Ir. Maria Vilani Rocha; do Executivo Nacional. Das Regionais participaram Pe. Bruno Sechi e Ir. Elena Loi (Belém); Pe. Faliero Bonci e Ir. Circe de Almeida Godoy (B. Horizonte); Ir. Francisco de Paula Vítor e Ir. Maria Luiza Luca (Brasília); Pe. José Winkler e Ir. Elza Giovanella (Campo Grande); Pe. Pedro Salet Filho e Ir. Maria Agnes Heinen (Curitiba); Fr. Luis Carlos Bortolozzo e Ir. Ilva Ogliari (Florianópolis); Ir. Josélia Maria Soares Parente e Ir. Maria de Jesus Solon (Fortaleza); Fr. Humberto Pereira de Almeida e Ir. Elizabeth A. de Oliveira (Goiânia); Fr. Benigno Falchi e Ir. Yara de Souza Magalhães (Manaus); Pe. Isidro Salet e Ir. Amélia Marcon (Porto Alegre); Ir. Patricia Mc Cluskey e Ir. Piedade Santos (Recife); Fr. Neylor Tonin, Ir. Olga de O. Soares e Ir. Ivone Leite Coelho (Rio de

Janeiro); Pe. Dionísio Schiuchetti e Pe. Xavier Nichele (Salvador); Pe. Olivio José Bedin e Pe. Joviano de Lima Junior (São Paulo); Pe. Antônio Barônio e Ir. Irene (São Luís); Ir. Patricia Neihouse (Teresina).

O conteúdo do encontro incluiu: uma visão da realidade da CRB hoje, como ponto de partida para a busca de novas perspectivas; uma reflexão sobre o atual momento da Igreja, com a assessoria do Pe. João Batista Libânio, SJ; e o estudo de alguns pontos administrativos.

Seus objetivos específicos eram:

a) Avaliação da CRB durante o ano em curso. b) Busca de linhas comuns para 1983. c) Programação das atividades para 1983. d) Convivência de toda a equipe dirigente da CRB. Tudo isto, a partir do objetivo específico da CRB: "Animar e promover a VR no Brasil e coordenar a atividades que visem este objetivo".

Na manhã do 1º dia, após a oração e a dinâmica de entrosamento, cada Regional e a Nacional deram uma visão da sua realidade, apresentando 3 pontos altos da sua caminhada e 3 desafios. Esta visão globalizante da realidade foi aprofundada numa tarde de oração, presidida pelo Pe. Isidro Salet, SJ, presidente da Regional de Porto Alegre.

O segundo dia foi dedicado todo ele à reflexão do tema "Discernir na Igreja na atual conjuntura". Pe. João Batista Libânio, SJ, fez uma colocação clara, questionadora e densa sobre o assunto, à qual seguiu-se o trabalho dos grupos e o plenário de intercâmbio de idéias e questionamentos.

No terceiro dia, e a partir dos pontos altos e desafios levantados anteriormente, o grupo se dedicou a buscar e a aprofundar **prioridades comuns para 83**. O trabalho nos grupos e, sobretudo, os plenários foram extremamente ricos.

Finalmente, o último dia do encontro destinou-se ao estudo de assuntos administrativos, terminando com uma interessante informação dada pela Nacional sobre a atual conjuntura da Igreja e da Vida Religiosa na América Latina.

O trabalho destes 4 dias de comunhão e participação resultou em algumas **prioridades comuns de ação** para 83 traçadas pelo grupo e que são as seguintes:

I. Inserção

1. Visão da realidade:

Constitui uma área bastante acionada. Houve um progresso, uma caminhada: vai-se construindo um novo estilo de VR e crescendo a consciência de constituir uma nova forma de expressar o ser religioso hoje. Existem também desafios: geralmente, estas comunidades se situam em áreas conflituosas; faltam-lhes, às vezes acompanhamento e apoio, seja das Dioceses, seja das Congregações. Para algumas comunidades, o problema da manutenção ainda não foi equacionado: às vezes os religiosos são mal remunerados, outras vezes cria-se

dependência econômica que tolhe a liberdade de ação.

2. Estratégia:

Sente-se a necessidade de:

— Incentivar esta nova modalidade de VR dentro das opções de Puebla e da Igreja no Brasil. Para isto, oferecer a estas comunidades maior apoio e assessoria. Dar condições para que se estabeleça um diálogo tranqüilo entre os religiosos inseridos em meios populares e suas províncias.

— Na área da Formação, preparar os religiosos para a inserção. Recomenda-se um tempo prévio de estágio em alguma comunidade já inserida.

— Reunir os Provinciais e estabelecer uma reflexão sobre esta modalidade de VR, para que possam compreendê-la melhor, apoiar e avaliar a sua caminhada.

— Proporcionar encontros e seminários aos religiosos inseridos em meios populares para refletirem sobre a identidade e carismas próprios e assimilarem e cultivarem este novo modo de ser para os outros.

— Estabelecer linha de colaboração com os Bispos e a Regional para uma reflexão conjunta sobre formas e locais de inserção.

— Levar o próprio grupo de religiosos a estudar os motivos da sua inserção em meios populares.

II. Formação

1. Visão da realidade:

1.1 — Constatou-se que, muitas vezes os **jovens vocacionados** apresentam

limitações: afetivas (bloqueios, angústia, insegurança); intelectuais (escolaridade insuficiente); cristãs (evangelização superficial).

Possuem, com frequência, uma consciência não crítica, ingênua ou mágica que leva a atitudes e posições falsas. Entretanto, estes jovens são portadores de: boa vontade, generosidade, sinceridade; sensibilidade e experiência; afã de autenticidade, desejos de participar do processo formativo; decisão de consagrar-se a Deus e ao projeto do Reino, participando numa evangelização libertadora.

Além disso quando se trata de jovens de meios populares ou provenientes de outras regiões sofrem o impacto cultural.

1.2 — Em relação aos **formadores** constatou-se que:

— Participam nos encontros e seminários e acompanham os jovens religiosos, noviços e postulantes nas atividades da Formação inicial a CRB. No entanto, sentem-se inseguros, porque:

— Reconhecem suas deficiências e condicionamentos na formação humana, teológica e, às vezes, intelectual.

— Não sabem como formar numa sociedade em transformação.

— Devem formar os jovens sem retirá-los de seus ambientes.

— Pelo fato das Congregações estarem buscando uma clareza maior na identidade religiosa e congregacional.

1.3 — Na linha da formação permanente, percebe-se que há, por um lado, muita presença nos cursos e encontros da CRB em nível Nacional e Regional. Por outro, nota-se ainda:

— fechamento e bloqueio por parte de algumas pessoas;

— alguns religiosos que se tornam apenas bons profissionais, acúmulo de tarefas que impede o seu crescimento espiritual e apostólico;

— fechamento de algumas congregações.

2. **Estratégia:**

2.1 — Dinamizar um processo contínuo e libertador, capaz de integrar formação humana (social, psicológica, cultural) e valores evangélicos, em função de um projeto religioso.

2.2 — Organizar encontros, seminários, cursos, proporcionando: — aprendizagem de revisão de vida e discernimento (ver-julgar-agir e celebrar).

2.3 — Preparar animadores espirituais e formar grupos de apoio para troca de experiências entre os formadores.

III. **Nucleação**

1. **Visão da realidade:** Constatou-se:

1.1 — A dinamização de rica programação, e integração com os planos diocesanos e suas prioridades: Criação de novos núcleos e boa resposta dos religiosos. Presença da equipe Coordenadora. Solicitação de presença e de ajuda. Clima de entrosamento nos cursos e encontros. Descentralização de cursos e de atividades, gerando corresponsabilidade, integrando mais os membros num trabalho de CRB, deslanchando criatividade e abrangência de vida. Setorização geográfica facilita reunião dos religiosos, participação e corresponsabilidade, fraternidade sincera. Credibili-

dade conseguida através da qualidade dos cursos e valorização da vida fraterna.

1.2 — De outro lado surgem os desafios: falta de elementos para assumir as lideranças; extensão de algumas regionais, dificultando congregar os religiosos; ausência de sacerdotes e irmãos; pouca participação dos religiosos de algumas capitais; isolamento, falta de consciência de Igreja.

2. Estratégia:

2.1 — Pretende-se: Criar consciência de que todos(as) os(as) religiosos(as) são CRB. Adquirir a ótica da periferia, isto é, dos religiosos dos núcleos. Aumentar o grau de participação na tomada de decisão. Criar, condições para um relacionamento a nível de núcleos. Criar estruturas para que as reflexões feitas a nível da Nacional ou Regional cheguem até as bases.

2.2 — Para isto, sugerem-se estes passos: Visitas freqüentes aos núcleos. Um ou dois encontros anuais. Cursos de treinamento para os coordenadores de núcleos. Descentralização dos programas de formação. Fornecimento de material de reflexão. Valorização e apoiar mais os coordenadores de núcleos. Criar um processo participativo, de modo a possibilitar que nas assembleias dos núcleos se participe na escolha do tema das assembleia regional, das prioridades e metas. Estudar a possibilidade de aumentar a representatividade dos núcleos, conforme a realidade de cada regional, e estabelecer isto nos regimentos regionais. Procurar que haja um representante permanente do Provincial, residente na regional, quando a sede Provincial se localiza em outra regional.

IV. Relacionamento entre Bispos e Religiosos

1. Visão da realidade:

1.1 — Foram constatados alguns desafios que ainda persistem: às vezes, interferência de alguns Bispos na programação da CRB; dificuldade de compreensão, por parte de alguns Bispos, do específico do religioso; falta de clareza quanto à função da CRB; divergências no plano pastoral; falta, às vezes, de abertura para o diálogo.

1.2 — Por outro lado, verificou-se que há: encontros muito válidos com Bispos e com o clero, gerando diálogo franco e fraterno; comprometimento com a linha pastoral; entrosamento de equipes atuantes na pastoral vocacional; partilha de recursos humanos e materiais; inclusão de representantes religiosos nos conselhos pastorais diocesanos.

2. Estratégia:

Procurar:

— Estender a nível Regional e Diocesano o tipo de relacionamento existente a nível de Diretoria Nacional: duas reuniões conjuntas com a CNBB.

— Conscientizar as Diretorias e Executivos Regionais da necessidade de ir ao encontro dos Bispos.

— Estabelecer uma maior unidade eclesial.

— Estudar a possibilidade de uma mediação do presidente Nacional em algum caso de atrito entre Bispo e CRB.

— Propiciar encontros de Provinciais com o Bispo respectivo, com ou sem a

mediação da CRB regional, para juntos analisar, discernir, assumir.

— Oportunizar informações mútuas, não só formais mas também pessoais.

— Acolher e apoiar, a nível Regional e Diocesano os Pastores.

— Sensibilizar os coordenadores dos núcleos Diocesanos para que informem e partilhem com o Bispo as programações de CRB Diocesana.

— Elaborar a nível de CRB Nacional um Documento sobre as competências e atribuições dos dois organismos: CRB e Vicariato Episcopal para Religiosos.

V. Religioso educador

1. Visão da realidade:

1.1 — Verificou-se que ainda existem: Situação de insegurança. Alguns Bispos e dioceses que não aceitam nem apóiam colégios. Religiosos que se sentem intimidados pelos questionamentos. Educação não voltada à evangelização na perspectiva do oprimido e do pobre. Novos religiosos pouco motivados para a educação formal. Evangelização prejudicada pela falta de entusiasmo dos educadores.

1.2 — Novos Sinais: Seminários sobre educação na ótica do pobre (o ser religioso educador na escola), despertando questionamento e uma angústia positiva. Começa haver um senso crítico e procura de uma nova linha de educação. Grande parte dos religiosos ainda acreditam na educação como parte da missão e do carisma, onde é possível veicular os valores cristãos da educação libertadora. Fundamentação nos documentos da Igreja e C.F./83. Passou a fase do derrotismo.

2. Estratégia:

2.1 — Com esta prioridade, pretende-se concretamente: Fazer com que o religioso na escola e na educação se torne instrumento na Igreja da A. Latina, nesta nova caminhada de Ev. global libertadora. Ajudar que o religioso educador reencontre o seu lugar na caminhada eclesial rumo à uma sociedade mais justa e evangélica.

2.2 — Passos Concretos (surgidos para atingir este objetivo):

A nível nacional:

— Outro seminário para religiosos educadores no 1º semestre/83 para que os participantes se tornem multiplicadores nas regionais sobre o ser religioso educador numa sociedade de conflito.

— Que os regionais, assessorados pelo GRE Nacional, intensifiquem seminários para reflexão e estudos, tendo em vista proporcionar aos religiosos educadores questionamentos e pistas concretas para que possam reencontrar sua identidade, como religiosos educadores nesta sociedade de conflito.

— Articulação com AEC.

— Criação ou revitalização do GRE nas Regionais.

— Intercâmbio e questionamento a partir de experiências significativas da área da educação.

VI. Religiosos (Irmãos e Presbíteros)

1. Visão da realidade:

Constatou-se que: Os religiosos homens primam pela ausência nas programações da CRB em nível Nacional

e Regional. Só comparecem rara e esporadicamente. Vivem envolvidos, de forma quase absoluta, por trabalhos pastorais. Por outro lado, o Religioso pode apresentar uma certa auto-suficiência, ser vítima de um tipo de vida na qual ele é sempre chamado a dar coisas, doutrinas e menos a compartilhar vida e sentimentos. Nasce-lhe daí uma certa e quase inevitável tentativa estelar. Tudo conflui para ele e ele é quase sempre o desaguadouro das necessidades alheias. A análise desta problemática ainda mostra que o religioso pensa que a CRB é mais destinada às irmãs, que tiveram menos formação teológica. Há ainda um acúmulo de encontros e cursos mal encaixados em termos de datas, sem falar na falta de estímulo por parte dos Superiores Maiores.

2. Estratégia:

2.1 — Empenhar-nos em reaproximar os Religiosos homens da CRB, para que eles a possam enriquecer com suas contribuições e por ela se fazerem responsáveis. A CRB tem como missão, também, ajudar a manter a identidade religiosa deles. É importante iniciar uma reflexão sobre o papel do Religioso na Pastoral.

2.2 — Sugeriu-se, para isto, estes passos concretos: A Nacional encami-

nhe uma reflexão sobre o assunto e leve a questão à próxima AGO. Diante do desconhecimento da missão da CRB as Regionais tentem elucidá-la junto aos Religiosos. Promovam cursos que venham ao encontro de seus interesses mais prementes. Instem junto às autoridades maiores uma palavra de incentivo à participação nas atividades da CRB.

Procure-se ajustar as programações à sua disponibilidade de tempo. A nível de regional e de núcleo, fazer uma sondagem junto aos religiosos, refletir e dialogar, e a partir disto planejar as programações. Procurar deixar clara a importância da complementariedade da partilha.

Na sua avaliação, os participantes destacaram como aspectos mais significativos: O clima do encontro — descontraído, de abertura, de união, de simplicidade, de confiança; a convivência fraterna e amigável, o entrosamento entre os participantes, a troca de experiências; a tarde de oração; o dia de reflexão com o Pe. Libânio que foi enriquecedor, abrindo horizontes, ajudando a compreender melhor a situação atual e questionando. Para alguns este dia foi o ponto alto do encontro.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

REUNIÃO CONJUNTA DA PRESIDÊNCIA DA CNBB COM A DIRETORIA NACIONAL DA CRB

Realizou-se no dia 29 de outubro de 1982, na sede da CRB Nacional, no Rio de Janeiro, a reunião da Presidência da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB. Da parte da CNBB participaram: D. Ivo Lorscheiter, presidente; D. Clemente Isnard, vice-presidente; D. Lucia-

no Mendes de Almeida, secretário-geral; D. João Batista Przyklenk, Bispo da CEP responsável pelo setor de vida consagrada. Da parte da CRB participaram: Pe. Décio Batista Teixeira, presidente; Pe. Dionísio Sciuchetti, Ir. Claudino Falqueto; Ir. Maria de Fátima Maron Ramos;

Ir. Maria das Graças Martins; Ir. Cléia de Castro Neves; Ir. Maria Luiza Piva; Ir. Ernestina Costa; Ir. Silvino Fritzen; Pe. Manoel Losada, Diretores; Ir. Maria Carmelita de Freitas; Ir. Helena Maria Ferreira; Ir. Maria Vilani Rocha, do Executivo Nacional.

Após a oração da manhã, que abriu os trabalhos do dia, D. Ivo Lorscheiter deu as boas-vindas aos presentes. O Pe. Décio Teixeira expressou à Presidência da CNBB congratulações pelo seu 30º aniversário de existência.

Foi feita a apresentação da pauta do dia, à qual se acrescentaram alguns itens, ficando assim constituída:

1. Reflexão: Autoridade e governo na Vida Religiosa.

2. Movimentos: Parapsicologia, Controle da mente, carismático, focolare.

3. CRB e Vicariato episcopal para os Religiosos: Objetivos das duas instituições.

4. Visitas apostólicas.

5. Missionários para a Angola: Informação; revisão do que se fez.

6. Opus Dei.

7. O momento atual do Brasil.

8. CLAR: Audiência com o Santo Padre e visita aos dicastérios romanos.

9. CRB: visita aos dicastérios romanos.

10. Determinações do Papa sobre o uso do hábito na diocese de Roma.

11. Data da próxima reunião.

1. Reflexão: Autoridade e governo na Vida Religiosa

D. Luciano Mendes introduziu o assunto, fazendo uma apresentação do

texto de estudo preparatório da XIII Assembleia Geral da CRB. Chamou a atenção para alguns pontos do documento que, na sua apreciação, merecem um destaque, especialmente os problemas abordados na III parte. Indicou com mais interessantes para a reflexão de hoje os seguintes aspectos: a) o discernimento no Espírito; b) a situação do 3º mundo que coloca a questão da opção pelo pobre; c) a objeção de consciência.

A pauta ocupou os presentes durante o dia inteiro. No fim da manhã foi celebrada a Eucaristia com especial intenção pelo 30º aniversário da CNBB e agradecendo a Deus o relacionamento cordial e fraterno entre CNBB e CRB.

Acrescentou ainda que, no seu parecer, a próxima assembleia da CRB deverá desenvolver-se num clima de muita oração, dada a natureza do tema.

A esta exposição seguiram-se alguns comentários, seja sobre o texto, seja sobre a temática da autoridade em geral. Foi lembrado um texto da *Lumen Gentium* (18) onde se faz ver que a palavra autoridade se liga à expressão "augendum", — fazer crescer, — e que isto é iluminador, posto que a autoridade deve sempre fazer crescer o outro. Falou-se também que os três modelos descritos no texto são bastantes explicativos da realidade, embora não sejam exaustivos.

2. Movimentos: parapsicologia, controle da mente, carismático, focolare.

Foram feitas algumas constatações referentes a vários destes movimentos e algumas de suas conseqüências, que causam certa preocupação. Lembrou-se

que, há alguns anos atrás, a Conferência enviou aos Superiores Maiores uma carta, alertando para esta problemática e explicando a posição da CRB em relação a alguns movimentos, então muito em voga. Sugeriu-se que esta carta, com uma nota introdutória onde se diga que vem acontecendo um recrudescimento de movimentos que parece pedir um novo alerta, seja publicada outra vez na convergência e enviada de novo aos Superiores Maiores, publicando-se também no "Comunicado Mensal" para que os Bispos possam tomar conhecimento da mesma. Observou-se ainda que o movimento sobre "Controle da mente" merece um aprofundamento e uma apreciação mais forte, posto que envolve certas ambigüidades teológicas. Também a questão dos encontros do movimento focolare para noviças religiosas precisaria ser estudada. Foi feita uma sugestão final no sentido de que a carta que se vai publicar inclua também um item onde se diga que será feito um estudo mais aprofundado sobre estas questões.

3. CRB e Vicariato episcopal para Religiosos

Pe. Décio Batista Teixeira introduziu o assunto citando os Documentos "Christus Dominus (nº 27, 35.5); Perfectae Caritatis (nº 23); Ecclesiae Sanctae (nº 43) Ad Gentes (nº 33); Mutuae Relationes (nº 21). Falou sobre a criação, natureza, objetivos, autoridade e competência das Conferências e dos Vicariatos Episcopais.

A Conferência dos Religiosos é um organismo de Direito Pontifício e o são, conseqüentemente, suas ramificações como regionais e núcleos, criado pela Santa Sé, antes do Vaticano II através

de decreto emanado pela SCRIS. Tem objetivos específicos e bem definidos que não se confundem com os objetivos e dum Vicariato Episcopal que pode ser constituído pelo Bispo para uma determinada parte ou setor da Diocese.

Sugeriu-se que o estudo exposto nesta reunião seja publicado.

4. Visitas apostólicas

Dom Ivo Lorscheiter introduziu o assunto, dando notícia de uma carta recebida por ele com os primeiros comentários às visitas que já foram realizadas. Nesta carta se fala também da possibilidade de um encontro entre membros do dicastério correspondente e da CNBB para tratar alguns pontos relacionados com os seminários e a formação. Informou ainda sobre a resposta enviada por ele a Roma.

5. Opus Dei

D. João Batista Przyklenk informou que é certo que a Santa Sé criou a prelazia, mas os decretos correspondentes ainda não foram publicados.

6. Missionários para a Angola

D. Luciano Mendes expôs o assunto, indicando que as notícias que se tem são variadas. Por um lado, parece ser difícil a situação lá. Por outro, há os que pensam ser viável. Tem ocorrido ultimamente alguns seqüestros, fato que, entretanto, não tira o entusiasmo dos que desejam ir para lá. O problema parece se colocar em dois níveis: a) preparação adequada dos que devem ir como missionários. b) Havendo uma presença de brasileiros lá, deveria haver também uma ação da Igreja do Brasil apoiando esta presença?

Para atender à necessidade de formação adequada o Centro Cultural Missionário oferecerá um curso específico em janeiro/fevereiro de 83. Este Curso substituirá o curso de reciclagem que se realizava nas férias para missionários estrangeiros no Brasil. Foi feita e aceita a sugestão de que o programa do curso seja enviado aos Superiores Maiores. Sugeriu-se também solicitar às Congregações que têm comunidades na Angola, o envio de documentação, a fim de que se tenha uma informação mais pertinente.

7. O momento atual do Brasil

D. Ivo Lorscheiter deu uma informação breve, mas muito pertinente sobre o assunto, fazendo uma apresentação sintética do relatório que apresentou recentemente em Montevideu, numa reunião do CELAM para os Presidentes de Conferências do Cone Sul. Destacou três capítulos: **1º capítulo: Eventos pastorais de relevo em 82:** a) Documentos publicados pela Igreja do Brasil neste ano, ou em preparação: — “Solo urbano e ação pastoral”; — O documento sobre a catequese (em preparação); — O documentos sobre CEBs (também em preparação); — as cartilhas políticas das várias dioceses ou regionais.

b) A campanha da fraternidade de 82 sobre o tema da educação e a atenção que a Igreja do Brasil deu a este assunto durante todo o ano.

c) Fundação em, Porto Alegre, nos próximos dias 17 e 18 de novembro, do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs).

2º Capítulo: Fatos alentadores de 82:

a) Florescimento, pelo menos numérico, das vocações sacerdotais e religiosas.

b) Claro crescimento do espírito missionário da Igreja no Brasil. Abertura para a África, com o envio de Missionários.

c) A presença da Igreja no campo social, na luta pela justiça.

3º Capítulo: Situações que preocupam:

a) No interior da Igreja, certa radicalização de alguns setores: afã de ortodoxismo por um lado; por outro, risco de certa ideologização.

b) No externo da Igreja, rejeição da parte de certos setores da sociedade brasileira, do trabalho social da Igreja (falsificações, documentos apócrifos).

c) Apesar de uma certa liberalização política, o problema mais profundo: — o modelo econômico-político vigente.

8. CLAR: Audiência com o Santo Padre e visita a dicastérios romanos

Ir. Silvino Fritzen informou sobre a viagem da Diretoria da CLAR, em setembro p.p, a Roma, onde foram recebidos pelo Santo Padre e tiveram contato com vários dicastérios romanos. No encontro com o Cardeal Eduardo Pirônio, Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos, este expressou ao grupo seu contentamento pelas constantes informações positivas que vem recebendo como eco da assembléia geral da CLAR, realizada em março deste ano em Assunción. O grupo esteve também com o encarregado das Ordens Contemplativas, na Sagrada Congregação dos Religiosos. Foram tratados com ele alguns pontos importantes para este setor da vida religiosa. Foram visitados ainda os seguintes dicastérios: Sagrada Congregação para os Bispos; Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé; Sagrada

Congregação para a Evangelização dos povos. Constatou também da agenda um encontro com um grupo de mais de 100 Superiores e Superiores Maiores. O diálogo foi interessante e rico. Finalmente, na audiência com o Santo Padre foi feita inicialmente uma saudação pelo Presidente da CLAR. Respondendo, o Santo Padre se interessou por algumas questões, especialmente com o problema das vocações na América Latina.

9. CRB: Visita aos dicastérios romanos

Ir. Claudino Falqueto fez um breve relatório das visitas realizadas por ele e o Pe. José Belmiro, ambos da Diretoria Nacional da CRB, a alguns dicastérios romanos, no mês de setembro. Na Sagrada Congregação para os Bispos estiveram com D. Lucas Moreira Neves, que se mostrou interessado nas notícias, especialmente sobre o relacionamento CNBB/CRB. Na Sagrada Congregação para a doutrina da fé, falaram com o Cardeal Prefeito, Karl Ratzinger, e lhe entregaram um exemplar das últimas publicações da CRB — “Da polémica ao debate teológico”, do Pe. Carlos Palácio, e “CRB — dez anos de teologia”, de vários autores.

Entre outros assuntos, foram tocadas questões de teologia e a sintonia CNBB/CRB. Na Sagrada Congregação para os Religiosos estiveram com o Cardeal Prefeito, Eduardo Pirônio, a quem entregaram também as publicações antes referidas e relatórios sobre o trabalho na área da Saúde e com as Contemplativas. O diálogo foi rico e oportuno. Foi também mencionado o bom relacionamento CNBB/CRB. Os diretores estiveram ainda na União de Superiores Gerais (USG) e com o Sub-Secretário de Estado, D. Martínez Somalo.

10. Determinações do Santo Padre sobre o uso do hábito na diocese de Roma

Foram lidas a carta do Santo Padre ao Vigário de Roma, Dom Hugo Poletti e as diretrizes dadas por este sobre o assunto.

11. Data da próxima reunião

Ficou marcada a próxima reunião conjunta para o dia 25 de março de 1983. D. Ivo Lorscheiter encerrou o encontro com agradecimentos a todos e uma breve oração.

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DO CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS

Realizou-se em novembro de 82, em Porto Alegre, a Assembléia Constituinte do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. Como Assembléia Constituinte, seu principal objetivo era a aprovação do Estatuto e a eleição da primeira Diretoria que ficou assim constituída: **Presidente:** Dom Ivo Lorscheiter, Presidente da CNBB. **Vice-Presidente:** Pastor Augusto

Kunert, Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. **Secretário:** Revdo. Orlando Santos Oliveira, da Igreja Episcopal do Brasil. **Tesoureiro:** Bispo Sady Machado da Silva, da Igreja Metodista.

Dada a importância deste acontecimento para as Igrejas Cristãs, queremos fazer chegar aos nossos leitores não só

a notícia, senão também a íntegra da Mensagem dirigida pelo recém-fundado CONIC ao povo de nossas Igrejas.

MENSAGEM

Dirigimo-nos com júbilo ao nosso povo para compartilhar a celebração de um grande acontecimento. Em Porto Alegre, aos 17 e 18 de novembro de 1982, na Vila Betânia, celebramos a Assembléia Constituinte do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil (CONIC), formado, no momento, pelas Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Cristã Reformada do Brasil, Igreja Episcopal do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e Igreja Metodista. Estiveram também conosco, na qualidade de observadores, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil e a Igreja Evangélica Reformada.

Após longa caminhada que reuniu os Dirigentes destas Igrejas Cristãs em encontros sucessivos, a partir de 1975, chegamos, com a ajuda de Deus, ao evento da constituição do CONIC.

O CONIC é uma associação fraterna de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador, segundo as Escrituras, e procuram cumprir sua vocação comum para a glória de Deus Uno e Trino, em cujo nome administram o santo Batismo. O amor de Deus, a confissão de fé comum e o compromisso com a missão impulsionam as Igrejas Cristãs a buscar uma comunhão cristã mais profunda e dar um testemunho comum do Evangelho no Brasil, no exercício do amor e serviço ao povo. As Igrejas-membros, respeitadas as diferentes concepções eclesiológicas, reconhecem-se convocadas por Cristo à unidade de Sua IGREJA.

A serviço da unidade das Igrejas, o CONIC empenha-se em acompanhar a realidade brasileira confrontando-a com o Evangelho e as exigências do Reino de Deus. Compromete-se com o esforço pela promoção da dignidade, dos direitos e deveres da pessoa humana, criada à imagem de Deus, em busca e a serviço do amor, da justiça e da paz. Para tanto, as Igrejas-membros se propõem a desenvolver linhas comuns de ação pastoral.

Ao longo desta celebração do CONIC, recordamos mais uma vez com dor, os obstáculos que outrora colocamos pelo nosso contra-testemunho à comunhão autêntica e fraterna e comprovamos, ao mesmo tempo, como é bom habitar todos juntos como irmãos, tanto mais que o Senhor dá a sua bênção e a sua vida para todos os que nele se reúnem (cf. Sl 133 (132); Mt 18:20). E por isso, decidimo-nos firmemente a não apenas nos darmos as mãos, mas a vivermos mais intensamente aquilo que o Senhor Jesus pede ao Pai: Que todos sejam um; que todos sejam um em nós, para que o mundo creia que Tu me enviaste e que os amaste como amaste a mim (cf. Jo 17:21-23).

Com esta atitude de reconciliação e vivência fraterna, que estamos experimentando com alegria e gratidão, gostaríamos de dizer a todos os nossos irmãos neste grande País, que nesta hora, mais do que nunca, criemos uma corrente de paz e de luz numa noite de tantas dificuldades, de tanta violência, de tanta miséria, radicadas numa injustiça frontalmente contrária às exigências do Reino de Deus tais como o Santo Evangelho nos propõe.

É preciso firmar a nossa vontade e a nossa colaboração para construir um mundo realmente justo, pacífico e hu-

mano, onde a dignidade, os direitos dos homens e dos povos sejam respeitados, a fome não mais existente, não haja irmão odiando irmão e onde o choro de crianças carentes seja substituído pelo sorriso da saúde e da felicidade.

É preciso estabelecer um clima de confiança entre todos os homens e criar condições de trabalho para que a angústia do desemprego não dilacere o coração de nenhuma família brasileira, onde uma onda de solidariedade permeie e perpassa as fibras mais íntimas de todos aqueles que fazem o nosso País, conseguindo que o emprego dê a todos a possibilidade de uma manutenção digna e honesta.

Almejamos, inspirados pelo Evangelho, um mundo em que não haja o amor do poder produzindo e mantendo separações que levam à morte, mas o poder do amor que rompe aquilo que divide e reúne a todos num só espírito.

Neste momento histórico, a organização do povo se impõe como vocação e dever cristão para concretizar no dia a dia a caminhada nova que nas eleições de 15 de novembro tem um de seus pontos de referência. O povo, cada vez mais organizado, deve acompanhar conscientemente o desempenho dos seus

Representantes eleitos e de todos aqueles que ocupam cargos a serviço deles. Só assim construir-se-á uma Pátria, fraterna e solidária.

Lançando os nossos olhares para o futuro, estamos certos de que, guiados pelo Espírito de Deus, seremos capazes de levar a bom termo esta obra de unidade para a glória de Deus e o bem de todos os irmãos. Que os frutos do CONIC repercutam beneficentemente na vida e nos empreendimentos de todos aqueles que partilham conosco esta esperança!

Apelamos ao povo das nossas igrejas bem como ao povo das demais Igrejas Irmãs a que se disponham a participar desta caminhada, procurando viver no mesmo espírito a busca da unidade que temos nos Atos dos Apóstolos. "E perseveravam na doutrina dos Apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações" (Atos 2:42) e "da multidão dos que creram era um o coração e a alma" (Atos 4:32).

Porto Alegre, Vila Betânia, 18 de novembro de 1982.

O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil (CONIC)

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

XVI ASSEMBLÉIA REGIONAL DA CRB NORDESTE III **Bahia — Sergipe**

No dia 21 de setembro, a Casa de Retiro São Francisco de Salvador, embora espaçosa, quase teve que esticar as paredes do seu Salão para acolher os 250 participantes da Assembléia. A resposta dos religiosos foi sem precedentes, de ponta a ponta da nossa Re-

gional. A presença de alguns Bispos — e até o fim dos trabalhos! — de várias Superiores Gerais, Provinciais e representantes foi bastante significativa para manifestar a atualidade do tema, como expectativa da Igreja do Nordeste III e busca dos religiosos à escuta dos clamores do povo:

Caminhos a abrir: oração vivida; partilha comunitária; revisão permanente.

O terceiro dia da Assembléia aconteceu com a valiosa contribuição da CRB Nacional, na apresentação da Irmã Helena Ferreira. Mais uma vez os grupos se reuniram para uma avaliação e para debater o tema a ser aprofundado na próxima assembléia regional, para dar novos passos na nossa caminhada. E numa síntese clara e apurada nos deixou o nosso tão apreciado assessor,

Fr. Clodovis, um "ramalhete de cinco flores"; para levar para casa como conclusões dessa Assembléia que realmente atingiu o seu objetivo: "A Caminhada Pascal das comunidades inseridas". A Assembléia foi seguida de um dia de encontro com os coordenadores de núcleo com a valiosa presença de Ir. Maria Carmelita de Freitas da CRB Nacional.

Irmã Ana Roy
Da Diretoria Regional

IV ENCONTRO MONÁSTICO LATINO-AMERICANO

Em Salvador, Bahia, de 16 a 23 de outubro, realizou-se mais um encontro da UMLA (União Monástica Latino-Americana), reunindo 120 representantes de comunidades monásticas da América Latina e convidados especiais. O motivo da reunião ser em Salvador foi a comemoração do IV centenário da fundação do Mosteiro de São Bento de Salvador e da chegada dos primeiros monges beneditinos no Brasil e nas Américas. A escolha do tema "A formação monástica hoje", foi de suma importância para revermos nosso processo formativo, a nossa presença no mundo e a busca de modelos de presença — ação para o mundo de hoje.

Portanto, foram estes os pólos de discussão: "Puebla e a vida monástica", por D. Clemente Isnard, OSB, Bispo de N. Friburgo e Vice-Presidente da CNBB; "A formação monástica na Regra de São Bento", por Ir. Úrsula Worringen, OSB, Missionária de Tutzing; "A formação monástica à luz de Puebla e de outros documentos do Magistério", por D. José María Martínez, OSB, Abade de São José D'Avila, Caracas; "As ciências humanas e a formação monástica",

pelos conferencistas Dr. Arthur Rios, sociólogo, e Dr. João Moura, psiquiatra e psicanalista; "A formação monástica e aculturação", por D. Max Alexander, OSB, monge de Santa María de Los Toldos, Argentina.

Experiências foram partilhadas na parte da tarde, seguidas de debates: "A formação inicial dos jovens" por Ir. Paula Iglesias, OSB, do Mosteiro de Santa Cruz, Juiz de Fora e Ir. Cristobal Estrada, OSB, do Priorado de San Benito, México; "A formação permanente por Ir. Isabel Guiroy, OSB, do Mosteiro de Córdoba, Argentina, e Pe. Gerardo Dautremere, do Mosteiro da Martinica; "A paternidade espiritual e a direção espiritual, por D. Abade Eduardo Ghiotto da Abadía de Niño Dios, Argentina; "A comunidade formadora", por D. Bernardo Oliveira, monge trapista de Azul, Argentina e Me. Mectildes Villaça de Castro, Abadessa do Mosteiro de Nossa Senhora do Monte, Olinda.

O Presidente da UMLA, D. Lucas de Almeida Costa, OSB, fez a abertura do Encontro dando uma mensagem a todos

os presentes, e passando logo a seguir, a palavra ao Abade Primaz da Ordem de São Bento, D. Viktor Dammertz.

Nesses dias de convivência fraterna da grande família de São Bento da América Latina, foram discutidos pontos fundamentais para a compreensão das exigências atuais de nossa grande Pátria, que é o continente Latino-Americano, e para inserção das comunidades monásticas nas tarefas-desafios aqui e agora. Os momentos de lazer foram fecundos na intercomunicação e aprofundaram o conhecimento mútuo.

A presença do Cardeal Arcebispo Primaz do Brasil, D. Avelar Brandão Vilela, Cardeal Arcebispo de Salvador, do Pe. Décio Teixeira, SDB, Presidente Nacional da CRB e dos representantes da CRB regional foram para todos nós sinal de apoio e solidariedade e comunhão eclesial.

Na Assembléia final votou-se o local e o ano em que será realizado o próximo encontro monástico Latino-Americano: México no ano de 1986. Foi aceita por aclamação unânime uma moção em favor de D. Mathias Schmidt, OSB, Bispo de Rui Barbosa, que foi alvo de uma calúnia veiculada por uma carta falsa, assim como um apoio extensivo a todos os bispos do Brasil e da América Latina perseguidos e coluniados por defenderem o Evangelho.

Foi eleito Presidente da CIMBRA (Conferência de Intercâmbio Monástico do Brasil), D. Paulo Rocha, Abade do Mosteiro de São Bento de Salvador, Bahia. Que a força do Espírito Santo nos ajude a atualizar o que nesses dias refletimos e nos leve a viver segundo esse mesmo Espírito, para que sejamos o que Ele quer que sejamos.

D. Lucas de Almeida Costa, OSB

Autoridade-obediência — I

As decisões sejam tomadas coletivamente, não por um chefe carismático ou um grupo vanguardista. Nada de dirigentes pelegos, estranhos, alienados. União, organização, participação, corresponsabilidade. Inovação, descoberta de projetos alternativos. Diálogo, comunhão, serviço, articulação. Busca de relações simétricas.

Autoridade-obediência — II

Não teria o Superior ou Superiora uma significação teológica particular? Estaria ele ou ela investidos de um carisma particular para descobrir a vontade de Deus para sua comunidade e seus súditos? Seria ele ou ela uma mediação privilegiada para o discernimento do que Deus quer? Não tem ele ou ela direito à última palavra e, portanto, quando o diálogo não consegue chegar a um consenso ou a um consentimento? (**Convergência**, página 44).

sos convidados por vocação própria a vivermos “segundo o Espírito”.

Em oração (numa comunhão íntima com o Espírito) este texto foi elaborado. Que ele resulte em passos significativos para cada leitor, em seu “crescer em idade, sabedoria e graça” (Cf. Lc 2,52), e seja cada vez mais maduramente transparência de Deus, agente da construção do Reino, deixando-se guiar pelo Espírito Santo, nosso perene educador.

1. **Jesus Cristo e o Espírito Santo**

Somos cristãos, e para nós, em Jesus de Nazaré, aconteceu a máxima **REVELAÇÃO DE DEUS** e de seu **PLANO DE AMOR** (Salvação-Libertação) para o homem e o cosmos. A Bíblia como um todo, ao narrar a História de Israel, de Jesus e dos Primeiros Cristãos, foi ajuntando aos poucos, pois a história se constrói, os dados da Revelação. Esparsos por todos os livros encontramos cada vez um pouco mais “quem é Deus” (quem é o Pai, quem é o Filho, quem é o Espírito Santo) e “o que Deus quer de sua criação”.

Ao procurarmos nos **EVANGELHOS** (coletâneas de recordações e reflexões dos primeiros cristãos sobre o **EVENTO** histórico **Jesus Cristo**, Pessoa, Mensagem e Missão, nos quais é difícil encontrar a chamada “ipsissima verba Jesu”, devido à distância espaço-temporal dos escritos em relação ao Jesus histórico, e sem a necessária documentação de rigor científico), perguntamos: “Que nos

revela Jesus sobre o Espírito Santo?”

Descobrimos no **ensino** (didásko) de Jesus, pela narrativa dos Evangelistas, que ele fala abundantemente do Pai, mas quanto ao Espírito Santo, ele quase nada diz. Nos Sinóticos (2), talvez a única passagem cuja origem pode ser realmente atribuída a Jesus seja Mc 3,28-30, relativa ao “pecado contra o Espírito Santo”. As outras passagens, não permitem esta relativa segurança de atribuição direta a Jesus. Quanto ao Evangelho de São João, que põe mais referências de Jesus ao Espírito Santo trata-se de outro capítulo em exegese, pelas características próprias desse Evangelho, mais uma Teologia de São João, complementando os Sinóticos, que uma “narração dos fenômenos acontecidos” (Lc 1,1) com a atuação do Jesus histórico. E, por que Jesus quase nada fala sobre o Espírito Santo nos Evangelhos?

Poder-se-ia dizer que Jesus é muito mais (e depois da Ressurreição), juntamente com o Pai, o **DOADOR** do Espírito, do que o seu **REVELADOR**. Com efeito, no momento em que ele desaparece (Ressurreição-Ascensão) é que o **ESPÍRITO É DADO** (“não havia ainda Espírito, porque Jesus ainda não fora glorificado”, comenta Jo 7,39; Cf. Jo 16,7). Sua ressurreição coincide com este dom; a experiência pascal e a irrupção do Espírito Santo são concomitantes. Num movimento único, os discípulos, depois da Ressurreição, descobrem em Jesus

de Nazaré a face do Senhor, fazem a experiência do Espírito e são constituídos numa comunidade de crentes. E o Espírito Santo, no seio desta comunidade que ele anima, é o **REVELADOR** do Filho e do Pai, ao mesmo tempo que **se revela a si próprio** como o princípio de todo conhecimento de Deus e de toda comunhão.

O lugar essencial da revelação do Espírito Santo não é Jesus de Nazaré, mas antes a Comunidade nascida na Páscoa e em Pentecostes” (3).

Como o Novo Testamento, no seu todo, foi transmitido e vivido sob o dinamismo experiencial do **ESPÍRITO DE PENTECOSTES**, é evidente que os textos escritos, hoje à nossa disposição, são impregnados de referências ao Espírito Santo. E os Evangelistas, mesmo não pondo na boca de Jesus tantas referências sobre o Espírito Santo, colocam Jesus acima dos profetas “que eram possuídos pelo Espírito”. Jesus é para os Apóstolos alguém “possuidor” pleno e absoluto do Espírito a ponto de “derramá-lo” sobre todos, conforme o discurso que Lucas coloca na boca de Pedro em Atos 2,32-33: “Este mesmo Jesus, ressuscitou-o Deus; e disto somos nós testemunhas. E agora, exaltado à direita de Deus, recebeu pois do Pai o **Espírito Santo**, objeto da promessa e o **derramou**. É isto o que vedes e ouvis”. Esta consciência tem João, ao fazer Jesus dizer: “se eu não for, o Paráclito (o Espírito Santo) não virá a vós” (Jo 16,7).

2. Jesus Cristo, “O Possuidor” do Espírito Santo (4)

Com Jesus Cristo, estabelecendo a Nova Aliança (segundo as narrativas dos Apóstolos e, portanto, a consciência da Comunidade Cristã primitiva), teve início a **ERA POR EXCELENCIA DO ESPÍRITO DE DEUS**. Mas essa consciência é posterior à Ressurreição do Senhor e se dá na experiência **DE SER IGREJA**, corporificação e tematização no mundo, do Espírito, lugar e comunicação privilegiados dele, fonte inesgotável desse Espírito para todo o mundo. Esta consciência de “ser corpo místico de Cristo”, portanto sacramento de sua presença glorificada, fez a Igreja primitiva alcançar a novidade de “quem era e o que pretendia Jesus de Nazaré” (Cfr. Jo 14,25). Ele, o Filho de Deus na terra, o **SUPREMO PORTADOR DO ESPÍRITO** prometido pelos profetas (Is 11,2; 42,1; 61,1), o esperado pelos judeus de seu tempo (Salmos de Salomão 17,42; Henoc 49,2s; Testamento de Levi 18,7; Testamento de Judá 24,2).

Por isso os Apóstolos colocam com a maior simplicidade e sem o mínimo de artificialismo, **JESUS INTEIRAMENTE SOB O INFLUXO DO ESPÍRITO DE DEUS**, desde sua concepção (“**O Espírito Santo, virá sobre ti — diz o Anjo a Maria — e a Força do Altíssimo te cobrirá com sua sombra**” — Lc 1,35; Mt 8,1; 18,20; Cf. At 1,8) até a sua **Ressurreição-Glorificação** (“**Se em vós habita o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus da morte...**” Rom 8,11 Cf. Pe 3,18; “a sublime

grandeza de seu poder — dynamis-Espírito — que Ele, Deus, fez operar em Cristo quando o ressuscitou dos mortos e o colocou à sua direita no céu” Ef 1,18-20; Cf Cor 6,14; 2Cor 13,14, “para a Glória” — do-xakabot — conforme Rom 6,4).

Lc em 1,35 numa pequena frase na Anunciação sintetiza a Pessoa e Ação do Espírito Santo aos poucos revelado no A.T., todo presente na Encarnação do Verbo: da “força criadora” do Espírito de Deus fecundando a criação inicial, qual águia pairando sobre o seu ninho (**merrarephet**) em Gn 1,2, Lucas passa “pela nuvem de luz e de fogo” (**shekinah** — sombra”), em Ex 24,17; 40,32; Num 10,34; Ex 10,4, no caminho da Libertação do Povo Eleito; e ainda pelo conceito básico de **Ruach** tantas e tantas vezes utilizado no AT, mas na tradução grega coloca complementações específicas: **Pneuma hagion** e não **hieron**; no latim, **sanctus** e não **sacer**. Ou seja, é o **ESPÍRITO SANTO**. Na consciência da Comunidade Primitiva, segundo Lucas, Jesus, já no início de sua existência terrestre é o **POSSUIDOR** do **ESPÍRITO** em sua plenitude, que foi se revelando no Antigo Testamento aos poucos como “força criadora, nuvem luminosa-sombra, Espírito Santo de Deus”. A diferença dos personagens que a Bíblia diz que nasceram sob uma intervenção especial de Deus (Isaac — Gn 18,36; 21,1; ver Gal 4,29; José — Gn 30,22s; Sansão — Jz 13,2s,7; Samuel — 1 Sa, 1,19; João Batista Lc 1,5-25; 57-80), a concepção de Jesus é obra insuperável do Espírito de Deus, pois não precisa do con-

curso natural de um pai terreno, o que o faz antológica e radicalmente **FILHO DE DEUS**, pela presença do Espírito. Daí a importância dogmática essencial da geração virginal de Jesus em Maria.

Os limites de nosso trabalho não permitem acompanhar mais detalhadamente os passos, a pregação, a ação de Jesus ao longo de sua vida (como narram e comentam os Apóstolos nos textos do Novo Testamento), mas acenamos apenas a alguns dados, pedindo ao leitor que se debruce sobre essa realidade magnífica de Cristo e do Espírito sobretudo nos Evangelhos. Tomemos o **BATISMO** de Jesus (Jo 3,34; Lc 4,1). O Espírito **PAIRA** sobre Ele (**merrarephet**, nova criação, cfr. Anunciação em Lc, e Criação inicial, em Gn) e permanece “sem medida” sobre ele “descansando” (Jo 1,32 Cf. Is 11,2,61, Is 4,13; Zac 3,8), dando ao Cristo publicamente suas **CREDENCIAIS** de Messias.

Jesus É, **FALA** e **AGE** não só “impelido” pelo Espírito, mas como o **POSSUIDOR PLENO DO ESPÍRITO**. Alguns exemplos:

a) Sua ida ao ‘deserto’, onde **TOMA CONSCIÊNCIA NA MEDITAÇÃO** da realidade humana do **PECADO**, de suas tentações, de suas conseqüências: a idolatria do **PODER** e do **DINHEIRO** (Honra) e do **PRAZER** (Lc, 4,1; Mc 1,22; Mt 4,1) na desarmonia humana e cósmica. Vencendo essas tentações pela **FORÇA DO ESPÍRITO**, Jesus inaugura o ‘estado paradisiaco’ dos últimos tempos (harmonia do homem consigo, com Deus, com os ou-

tros e com o cosmos. "Jesus morava com os animais selvagens", escreve Mc 1,13 Cfr. Is 11,6-8; 65,25).

b) O início de sua Atividade Profética e conseqüente realização da mesma, é (conforme os Evangelistas), obra de Jesus **REVESTIDO DO ESPÍRITO DO SENHOR** (Lc 4,14-22; Is 61; 1 SS Mt 12,18-21; Is 42,1-4).

c) Suas ações miraculosas estão sob o signo do Espírito Santo (expulsa demônios: Lc 4,46; Mt 12,28 e o paralelo Lc 11,20, que substitui **"Espírito"** por **"Dedo de Deus"**; cura doentes e alquebrados e ressuscita mortos: Lc 5,17; 6,19; 8,46; 13,32; Mt 12,18,20).

d) No 'Espírito Santo', Jesus **ORA** (Lc 3,4; 5,16; 6,12; 9,18; 9,29; 11,1; 22,32; 23,34-46) e transborda de **ALEGRIA** (Lc 10,21).

e) Na força do Espírito, Ele se 'transfigura' diante dos Apóstolos no Tabor. E na expressão de Pedro, a 'nuvem brilhante' da descrição dos Evangelistas é **"o sublime brilho de Deus"** (2 Pe 1,17), que **MARCA**, junto com o Batismo, de maneira mais definida, a "filiação Divina de Jesus" (Mc 9,2-13; "Este é meu Filho amado"; Cf. Mt 9,2-13 e Lc 9,28-36).

f) Na Ressurreição, segundo o Discurso de Pedro e as várias referências de Paulo, **"a força criadora de Deus ressuscitou Jesus para a Glória"**, transformando-se e elevando-o ao céu (1 Pedr 3,18; Rm 8,11; 6,4; 1,4). Jesus, na terra, vivendo na **sarx** e na **psychè**, mas plenamen-

te "possuidor do Espírito Santo", pela Ressurreição-Glorificação toma o Ser-Espiritual, a natureza do Espírito (1 Cr 15,45: **"O Senhor é este Espírito"**; 2 Cor 3,17 ver v. 7) assumindo um 'corpo espiritualizado'. Paulo, que muitas vezes faz um paralelismo evidente entre Cristo e o Espírito, às vezes nos leva a pensar numa confusão das duas pessoas, deixa entretanto clara a distinção na unidade ao dizer que o crente, "enquanto vive longe do Senhor (2 Cor 5,6), o Espírito de Cristo já habita dentro dele" (Rom 8,9).

3. A Igreja **"corporificação e a tematização"** do Espírito Santo, na história (5)

Pela narrativa do Novo Testamento, é uma evidência de que com a Ressurreição, começa a grande missão do Senhor Glorificado de **DERAMAR** o Espírito Santo sobre a totalidade dos fiéis, com especial deferência sobre os Apóstolos (ver Is 28,6).

Conforme os **SINÓTICOS**, **JOÃO** e os **ATOS** o "batismo de fogo", o Espírito de Deus, que o Batista prometera (Mt 3,11 e par.) de que Jesus mesmo falara (Lc 24,49; At 1,2,4.8.11,16) e pelo qual suspirara (Lc 12,48), foi concedido por Cristo somente na **Ressurreição** segundo João (Jo 4,1; 7,37-39; 16,7; 3,14s; 10,10, especialmente nas aparições depois da Ressurreição, Jo 20,22: **"Jesus soprou — ruach — sobre eles e disse: "Recebei o Espírito Santo..."**), e somente em **Pentecostes**, segundo Lucas (At 2,4,33 Cf. 2,17).

Tendo recebido o Espírito Santo, os Apóstolos com ele receberam a função carismática de PROFETAS, GUIAS, revestidos do DOM do Espírito de Deus para a PREGAÇÃO da Palavra de Deus, para a DIREÇÃO DA IGREJA, para a ORAÇÃO e o TESTEMUNHO do Senhor. O paralelismo com os profetas, para a pregação, é evidente (Mt 22,43; Mc 12,36. At 1,16; 4,25; 28,25; Hbr 3,7; 9,8; 10,15); e o fazem com palavras de autoridade e dignidade (2 Tim 3,16; 2 Pdr 1,21; Apc 14,13), deixando claro que o Espírito de Deus fala agora pela boca dos sucessores dos profetas, que são os Apóstolos (At 5,29; 11,12; 1 Cor 12,28; 1 Pdr 1,11ss).

Os Apóstolos, com a iluminação do Espírito Santo recebido após a Ressurreição do Senhor, COMEÇAM A COMPREENDER A INAUDITA VASTIDÃO DA MENSAGEM DO SENHOR RESSURRETO E EXALTADO (At 18; 2,33; 4,8; 6,5.10,31 ver Ap 19,10); PENETRAM MAIS PROFUNDAMENTE NO MISTÉRIO DO CRISTO (1Cor 2,10-14; 12,3; 2Cor 4,13; Ef 3,5, 16ss); LEMBRAM DA DOUTRINA (Pessoa, Mensagem e Missão) de JESUS (Jo 14,25), que antes não tinham entendido bem (Jo 16,12): DESCOBREM, ENFIM, O SENTIDO CRISTOLÓGICO DAS PROMESSAS MESSIÂNICAS DO ANTIGO TESTAMENTO (At 2,17-21, ver Joel 3,1-5; 2,25-28, ver Sl 16,8-11; 2,34s, ver Sl 110,1; 3,22, ver Dt 18,15,17).

Além do PROFETISMO e da COMPREENSÃO DA PESSOA,

MENSAGEM E MISSÃO DO CRISTO, os Apóstolos, com a vinda do Espírito, recebem uma FORÇA SOBRE-HUMANA para pregar corajosamente a palavra de Deus, testemunhando o Senhor e enfrentando as oposições e perseguições até o martírio (At 2,29; 4,20, 20-31; 5,21; 9,27; 19,8; 26,26; 28,31; 1Cor 2,3s; 2Cor 3,4-6; 4,1).

Há em Atos uma ligação entre a “imposição das mãos” por parte dos Apóstolos e a “doação do Espírito Santo” (At 6,3; 20,28; 2 Tim 1,6). Certamente mais tarde, com a clericalização da Igreja, esta ligação foi se transformando num perigoso reducionismo da doação do Espírito somente admitida pela mediação da hierarquia apostólica. Mas os mesmos ATOS DOS APÓSTOLOS deixam transparecer claramente que não é nem Pedro, nem Paulo, nem os demais Apóstolos quem desempenha o principal papel na Igreja, mas o ESPÍRITO SANTO, sob cuja assistência ela cresce (At 9,31), se organiza em suas diversas funções de diakonia (bispos, anciãos, servidores, diáconos) conforme At 1,15-26; 6,3.5.6; 13,2; 20,28; 1 Tim 4,12; 2 Tim 1,6, destruindo preconceitos contra a admissão dos gentios (At 10,19; 11,12; 15,28), fortalecendo os evangelistas e apóstolos (At 2,18; Ef 4,11; 2 Tim 4,5; At 4,8; 6,10) e agindo através de todos os fiéis, da Igreja Comunidade na base e não somente através dos Apóstolos, da hierarquia. O Espírito é totalmente livre. É liberdade.

De fato, logo no início dos Atos, Lucas deixa claro no discurso de

Pedro que todos receberam o Espírito, derramado em profusão no cumprimento da profecia de Joel (At 2,17, ver J 1 2,1), e que isso que aconteceu em Jerusalém se deu também nos diversos pequenos pentecostes nas demais comunidades, tanto de formação judaica como de gentios (At 4,31 ver 5,32; 9,31; 16, 2 e 6 ver também At 20,44s; 47; 11,15). Os efeitos da presença dinâmica do Espírito nos fiéis e de maneira exteriorizada, às vezes mesmo extraordinárias (carismas especiais, milagres, arrebatamento, dom das línguas, profecias cf. 1Cor 12,1; At 3,1-8 11-28; 19,6; 21,4 e 11; Ef 5,18-20; 1 Tes 5,19-21), todos relacionados com a missão da Igreja, confirmava aos crentes que o Espírito de Deus “pairava sobre ela continuamente”, a assistia e provocava nela uma promissora primavera. A Igreja, inteiramente sob o signo do Espírito, conquistava o mundo para o Cristo.

Crescia nos cristãos a consciência de que o tempo da Igreja era essencialmente o tempo do Espírito se pertencendo de maneira inseparável um ao outro, mais que corpo e alma, na distinção grega, e sim formando um todo indivisível. Segundo São Paulo, a Igreja é o CORPO glorificado de Cristo, o qual é todo permeado pela força vivificante do Espírito Santo (1Cor 12,13; Ef 4,2s) e sela a entrega a Cristo e a incorporação no seu corpo místico, como se sela um tratado com o carimbo nele gravado (Ef 1,13; 4,30). O mesmo significa a comparação dos cristãos com um templo onde mora o

Espírito de Deus. (1Cor 3,16; Ef 2,22; 1ª Pdr 2,4ss).

4. O Espírito Santo na vida do Cristão, presença educadora permanente (6)

Quando passamos dos Sinóticos e dos Atos dos Apóstolos, para as Cartas dos Apóstolos especialmente Paulo e João (também em seu Evangelho), percebemos uma mudança significativa, com relação ao PENTECOSTES na vida do Cristão. **Não é sobretudo a imposição das mãos** (uma forte tese dos Atos dos Apóstolos), **mas é o BAPTISMO** que faz o Espírito Santo habitar no crente como num templo. As passagens são muitas. Contentamo-nos em citar Mt 28,19 e paralelos; Ef 4,5; Col 2,12; At 2,38; Lc 4, 8; 19,5; 22,16; Rom 6,13ss; 1Cor 1,13; 3,16s 6,19; Ef 2,22).

Paulo, mais antigo nos escritos que João, fala em NOVA CRIAÇÃO, como o resultado do Batismo. Como hebreu, conhece bem as referências do A.T. sobre a “água que purifica” (Ez 36,25-27; Is 4,4; Am 7,4) e que agora pela força do Espírito adquire nova potencialidade e torna “criatura nova” quem nela é banhado, (Ef 5,26; 1Cor 6, 11; 2Cor 5,17; Gal 3,27 e 6,15; Rom 15,16). O Espírito de Deus que “paira” sobre a pessoa e pela água “se derrama” purificando-a, “penetra” seu coração, que passa não mais a servir à ‘Lei da letra’ (escrita na pedra) mas “à Nova Lei do Espírito” (escrita nos corações) conforme 2Cor 3,6-11. A nova criatura então, movida pelo Espírito não

vive mais seguindo a “carne” — sarx e psychè (a natureza viciada pelo pecado) mas segundo o “Espírito” pneuma hagion produzindo uma multidão de frutos, as obras do Espírito (Cf 1,6; 8,1ss; Gal 6,8,19ss, 24).

João, à semelhança de Paulo, relaciona o batismo a um NOVO NASCIMENTO. O crente, no batismo, “nasce de Deus”, “nasce do Espírito”, “nasce de cima e de novo” (Jo 1,33 ver Ez 36,25s; Jo 1, 3,5, 6,8,13). Este nascimento, no linguagem da teologia joanina, se opõe ao nascimento “do Mundo” (relembrar o sentido de “Mundo” em João), ao nascimento “de baixo”, “da carne”, “do Diabo”, “do mundo” (Jo 1,28; 8,26, 42-27). Trata-se de um “nascimento divino”, e não “diabólico”.

A tese da FILIAÇÃO DIVINA, pela ação do Espírito Santo, no Batismo, mas um “batismo concebido em forma dinâmica, portanto, que exercerá sua influência lenta, progressiva, aprofundada e revolucionariamente” no fiel, ao longo de sua vida, perpassa os escritos de Paulo e João. As conseqüências dessa presença perene do Espírito Santo é basicamente a vitória da fé, o ardente amor fraterno, o testemunho apaixonado do Senhor. O Espírito mora em nós e testifica que somos filhos de Deus. (Chamamos Deus de Pai: ‘abba, ó Pai’) e, se filhos, co-herdeiros de Cristo, o Filho (Gal 4,6ss; Rom 8,9;5;8,11.)

Ao longo de nossa vida, o Espírito nos ensina a ORAR DE VERDADE, vivendo num colóquio interior

contínuo com o Pai, ‘com suspiros indizíveis’ (Gal 4,6 Rom 14,17; Flp 1,19; Rom 8,15). E assim como no Batismo do Cristo, a presença do Espírito foi fazer acontecer o “diálogo entre o Pai e o Filho”, sua presença em nossa vida é para estabelecer o nosso diálogo com o Pai, pelo Filho, conforme sabiamente expressamos no ‘oremos’ litúrgico ao falarmos com o Pai “por Cristo na unidade do Espírito Santo”.

A Educação para a oração, é precedida pela (e/ou é concomitante com) “educação da fé”. A fé é dom do Espírito Santo e não fruto das obras da carne (Gal 3,14; 5,15). Mas além de Dom, há a necessidade de sua acolhida, por nossa parte, como contributo humano à ação da graça. Mas, mesmo aí, e no respeito maior ao maior dom que o homem tem, a liberdade, também está o Espírito, que através de moções suaves vai fortalecendo em nós uma fé (pro-posta, res-posta) inabalável na pessoa do Kyrios exaltado (1Cor 12,3), inundando-nos de força contra a velha natureza (Gal 6, 8) e de imensa esperança (Rom 15,3).

A fé, que se alimenta da oração, da fortaleza e da esperança, morre se não se alimentar do amor. Este amor contém mas ultrapassa o sentido de fraternidade entre os crentes, que logicamente deve crescer, se fortalecer e irradiar, mas não, é o bastante. O amor que nos vem do Cristo Pascal através do Espírito Santo, “amor pelos irmãos” supera infinitamente todos os outros dons do Espírito (1Cor 13,1-13; 8-10,

13) e os inclui a todos (Rom 15,30; Col 1,8; Gal 5,22). É **LIBERTAÇÃO-SALVAÇÃO** do outro, de todas as suas escravidões, para a **JUSTIÇA E A FRATERNIDADE**. Este amor foi demonstrado na práxis de Jesus, como execução de seu Plano de Vida, que Ele retirou de Isaías 61,1-8 **“O Espírito do Senhor está sobre mim, me ungiu e me enviou para...”** como o encontramos em Lc 4,12-25. Este **AGIR** do Cristo (amor que liberta), é provado por **PALAVRAS** (**“Ide e dizei a João: os coxos andam...”** em Mt 11,1ss para dizer que Ele era o Messias porque cumpria seu Plano de Vida, baseado em Isaías) mas sobretudo por **OBRAS** (**“se não credes pelo que falo, crede-o pelo que FAÇO, por minhas obras”**. Jo 10,25,37-38, ver Mt 11,1ss. **AMOR**, vivido coerentemente por Cristo: com seus Apóstolos, educando-os com firmeza para a comunidade missionária; com os empobrecidos e oprimidos, libertando-os carinhosamente de suas doenças, da fome, de seus problemas psíquicos e morais; com os doutos e dominadores, com a rudeza de uma linguagem denunciadora. **AMOR** transformado em **MANDAMENTO NOVO** para os que desejassem segui-lo. E é sobre este **AMOR-LIBERTADOR** que, segundo a parábola do Juízo Final, todo homem (cristão ou não cristão) será julgado pelo Senhor, como dá a entender Mt 25,31-46).

Esta fé, esta oração, esta esperança, este amor que liberta, vêm acompanhados pelo mesmo Espírito, da fortaleza, que nos dá a coragem de testemunhar o Senhor e seus valo-

res, enfrentando a perseguição e o martírio, a exemplo do Cristo (Mt 10,10; Mc 13,1; 1 Pdr 4,14; Jo 14,26 e 15,13). E mesmo sabendo dessa consequência fatal da coerência da fé cristã, somos repletos de alegria, paciência, amizade, bondade, fidelidade, mansidão, humildade pelo mesmo Espírito Santo (Gal 5,22; ver 1Cor 13, 1-13; Ef 4,2; Col 3,12). Isso porque temos a certeza, também pelo Espírito, da Ressurreição, da Vitória Feliz, da Imortalidade (Rom 8,11; 1Cor 6,14; 2Cor 3,6), do **“novo céu e nova terra”** (Apc 21,1; Is 65,17; 2 Pdr 3,13).

5. Nós, hoje, sob o influxo do novo Pentecostes (7)

Do Concílio Vaticano II (1962-1965) para cá se tem usado bastante a expressão **“estamos vivendo um novo Pentecostes”**. Recuperamos, assim, (dentro dos objetivos do próprio Concílio, no sentido **“da volta às fontes do Cristianismo”**), um dado bastante comum nas primeiras comunidades cristãs, os vários pentecostes, portanto, a ação permanente do Espírito Santo na Igreja. Sabemos que Lucas, ao narrar em At 2 a Vinda do Espírito Santo, fazendo-a coincidir com a celebração judaica do Pentecostes, não conta em absoluto só este Pentecostes. Dá um valor especial a este, numa tessitura teológica especial e para situá-lo nos festejos pascais. O mesmo faz com o modelo arquetípico da descrição da comunidade de Jerusalém, resumindo ali teologicamente os parâmetros das muitas comunidades cristãs. E quanto aos Pentecostes narrados no Novo Testamento bas-

ta verificar, por exemplo, nos próprios Atos os seguintes capítulos e versículos: 4,31; 8,15-17; 10,44s; 19,6.

Falávamos de início que a RESURREIÇÃO-A S C E N Ç Ã O-GLORIFICAÇÃO do Cristo, deu início à ERA POR EXCELENÇA DO ESPÍRITO SANTO, e que a IGREJA (pela experiência concreta dos fiéis) é A CORPORIFICAÇÃO E A TEMATIZAÇÃO, O LUGAR E A COMUNICAÇÃO PRIVILEGIADOS do Espírito. Cada cristão, sem dúvida, nos diz S. Paulo, é Templo vivo do Espírito Santo (1Cor 3,16); mas há um condicionamento fundamental a não ser esquecido: a libertação do pecado e de suas conseqüências e a participação na comunhão (comunidade fraterna unânime), a IGREJA. Não é por nada, nem por acaso, que Lucas coloca de imediato em seguida à narrativa protótipa de Pentecostes em At 2, a narrativa não menos protótipa da Comunidade Fraterna de Jerusalém (At 2,42-47 e 4,32-37). Mas esta Igreja não é um “em si”, “para si”. Além de todo um trabalho individual e comunitário de escuta e obediência ao Espírito, fonte de nossa “justificação” (1Cor 6, 11), de nossa “santificação” (1 Pdr 1,2; 2 Ts 2,13), de nossa “renovação” (Tt 3,5), da “graça” (Hb 10, 29), há a MISSÃO, isto é: o PARA QUE. E também não é por acaso que Lucas narra outro resultado de Pentecostes, além da Conversão das pessoas, da formação das Comunidades: o ESPALHAR-SE dos Apóstolos e dos Fiéis por outros lugares e fora da Palestina, entre os gentios,

para levar a BOA NOVA do Senhor Jesus (Pessoa, Mensagem e Missão) ao mundo inteiro.

Durante séculos reduzimos bastante o Dom do Espírito à mediação da hierarquia. Mesmo assim, apesar de tudo, o Espírito como dissemos é LIVRE, e de uma liberdade soberana, que desarticulou até mesmo Pedro (ver o episódio de Cornélio, At 10,1ss). O Espírito de Deus é a grande força livre, cujas iniciativas constroem a Igreja desde sua origem; iniciativas às vezes desconcertantes, que ultrapassam os limites dentro dos quais somos sempre tentados a encerrar a realização dos desígnios de Deus. Ele atua e continua a atuar na hierarquia, mas atua mais nesta hierarquia em comunhão e escuta do Povo e no próprio Povo em comunhão com a hierarquia, às vezes malgrado à hierarquia, formando sob o impulso do Espírito (novos pentecostes) COMUNIDADES DE VIDA, REFLEXÃO, AÇÃO, CELEBRAÇÃO. Basta vermos os resultados de um Grande Pentecostes, que foi o Concílio, em múltiplos “pequenos pentecostes” como Medellín, Puebla, Sínodos, os Movimentos de renovação do laicato e sobretudo, as Comunidades Eclesiais de Base...

Entretanto, se fizermos uma análise mais profunda da Igreja hoje, mesmo com os sinais evidentes de uma sempre maior conversão ao Espírito, descobrimos que, lamentavelmente, ela continua, pelo menos em grande parcela de sua constituição, NÃO LEVANDO NA DEVIDA CONTA “os gemidos inefáveis” do

Espírito Santo (Gal 4,6 Rom 8,15) em sua oração, no coração do oprimido e empobrecido, e fato traduzido em Medellín e Puebla por “**clamor surdo**”, “**clamor claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador**” (P. 88, ver Medellín 2). E também não levando em devida conta os vários pentecostes que estão acontecendo por toda parte, renovando a Igreja em sua intimidade, mas sobretudo levando-a a um engajamento de comunhão, participação, para **SER EFETIVAMENTE** “sinal e sacramento do Espírito” e ao mesmo tempo **MEDIAÇÃO** para a criação da “Civilização do Amor”, na qual, segundo Tristão de Athayde “**AMAR OU NÃO AMAR**” é mais importante que “**SER OU NÃO SER**” (7 d).

Somos seres humanos, portanto sempre sob a ameaça da tentação e do pecado, vivemos na **sarx** e na **psychè** (fragilidade), mas pelo dom da fé, vivemos também (ou devemos viver) no **Espírito**, “andar no Espírito” (Gal 5,13; 16). Isso significa que devemos acompanhar nosso crescimento na **sarx** e na **psychè**, educando-nos, sob a égide do **Espírito Santo**, para sermos sempre e cada vez mais criaturas novas. Cada um de nós precisa **REDESCOBRIR** a importância fundamental e radical da presença dinâmica do Espírito Santo em nossa vida, como nosso **EDUCADOR MAIOR PRINCIPAL E PERENE**. Mas precisa descobrir que sem a **VIDA EM COMUNIDADE**, “espírito de comunhão”, nosso ser e agir de cristãos, ficam pela metade, pois houve por bem ao Cristo Glorificado, der-

ramar seu Espírito, sobre todos, na mediação da Igreja, não tanto como instituição demasiadamente atrelada a estruturas humanas legais e devedoras de modelos governamentais de sociedades humanas de acordo com cada época — e a nossa Igreja está atrelada ao modelo constantiniano e medieval, portanto piramidal — mas ao modelo da **COMUNIDADE ECLESIAL CARISMÁTICA** onde “autoridade, poder e carisma” se harmonizam para a glória de Deus e o serviço do libertador pela Palavra, pelo Sacramento e pelo Testemunho.

6. Os religiosos, testemunhas especiais da era do Espírito (8)

Do seio do Povo de Deus, tanto do laicato como do sacerdócio, alguns fiéis recebem um chamado muito especial de Deus para viverem neste mundo como testemunhas de que estamos sob a égide do Espírito Santo. O religioso, no sentido lídimo de seu ser, é alguém que, por vocação específica, é chamado a viver segundo o Espírito, isto é, num estilo de vida, que deve ser de per si **sinal** do Espírito. O que chamamos de “Consagração” é a unção messiânica, a mesma de Jesus, assumida por ele na Sinagoga de Nazaré (Lc 4,12-15) e que lhe deu os traços básicos de seu Projeto de Vida. O ser do Religioso é possuído pelo Espírito de Deus para no total despojamento de si mesmo e das coisas, na entrega absoluta de seu ser, querer, sentir e agir, viabilizar de maneira mais radical e visível aqueles traços do Reino de Deus, no

agora-ainda-não do tempo, e que terá sua realização plena na Escatologia. Por ser carismático, o religioso é **COMUNHÃO E LIBERDADE** no sentido mais completo e perfeito destes termos dentro das limitações humanas.

Quando procuramos as origens da Vida Religiosa e das diversas congregações religiosas, ficamos espantados ao ver como os Fundadores eram essa realidade carismática de maneira quase perfeita. Mas, quando examinamos a história da maioria das congregações, ficamos escandalizados do como lamentavelmente nós religiosos e as autoridades eclesiásticas, com boa fé, infelizmente aprisionamos o carisma do Fundador num museu do passado. Os fundadores, cada um em sua época, por serem carismáticos foram incompreendidos e perseguidos porque traziam exatamente a novidade transformadora da presença do Espírito numa Igreja que se esclerosava.

Logo que morreram foram considerados heróis mas tiveram sucessores submissos aos rigores de estruturas eclesiásticas e a tradições e costumes cristalizados da época dos fundadores transformando-se as congregações em lugares privilegiados de conservadorismo, ritualismo, infantilismo, ingenuidade, alienação do mundo, frustrações humanas as mais variadas. Em geral as Congregações, através de "Constituições" rigorosas, mais que libertar os chamados pelo Espírito para serem no mundo profetas da Escatologia, os escravizavam a pequenos detalhes obsoletos enterrando seu si-

nal nos túmulos dos conventos, ou tornando-os simples funcionários super-sobrecarregados de trabalhos, burocráticos ou não, da Igreja ou da Congregação, impedindo-os de profeticamente **SEREM e AGIREM**.

O Religioso é chamado a testemunhar pelo seu **SER** em **AMOR**, o homem novo, que está na obediência plena ao Espírito, livre afetivamente e economicamente para acolher, ouvir, amar, consolar, servir preferencialmente os mais pobres. Sua missão no mundo não se situa sobretudo na linha do **FAZER** (Ativismo). Lamentavelmente, as estruturas das Congregações, uma determinada pastoral dos Religiosos, e sobretudo, as orientações advindas do centro hierárquico da Igreja Católica, bem como uma não correta compreensão da vida religiosa por parte de um número bastante grande de religiosos, não os deixam "andar segundo o Espírito". São obrigados a andar segundo a "Lei", isto é, a atuar como "funcionários a tempo integral e com todas as energias" para outro tipo de tarefa no mundo, que a deles e que podem e devem ser exercidas e com mais condições por leigos.

Aparece em muitos religiosos atuais uma distonia, que gera inquietação e mesmo angústia. Chamados e impulsionados a viverem a **LIBERDADE** e a **COMUNHÃO**, se sentem escravizados e na solidão. O arrebatamento do Espírito que deseja fazer deles os **SINAIS MAIS EVIDENTES** do novo Pentecostes da Igreja de hoje, está aprisionado por inúmeras minúcias, especialmen-

te das gigantescas congregações que precisam, por contingências humanas e históricas se organizar e se estruturar e com isso tornaram-se potências econômicas, culturais que obnubilam para o povo e para o mundo o SINAL que os religiosos, como pessoas e comunidades, devem ser, na especificidade do “viver segundo o Espírito”. A crise de identidade do religioso (ante os apelos do Espírito que lhe vêm da realidade do povo oprimido, sem voz nem vez; que lhe vêm, outrossim, dos exemplos das origens carismáticas das Congregações e dos lindos textos produzidos pelos Capítulos Gerais e por Teólogos pós-conciliares), torna-se maior, porque entre estes apelos e a realidade em que vivem, campeia um abismo terrível, abismo entre teoria e práxis, entre ideal e vida no dia a dia.

Há muitos religiosos, até mesmo conflitando com seus superiores e colegas, tentando, motivados por uma força indescritível, assumir com mais coerência o radicalismo da Consagração Messiânica evangélica. Se assumiram o **celibato** (a virgindade) num mundo tão adverso a esta virtude; se assumiram a **pobreza** (sem adjetivos), num mundo de escandaloso contraste entre uns poucos cada vez mais ricos às custas de muitos cada vez mais pobres, e se assumiram a **obediência** num mundo de libertinagem e de entrega cega às ideologias fanatizadoras, e se assumiram a FRATERNIDADE num mundo de egoísmo é que têm uma MISSÃO PROFÉTICA a exercer. E a Missão profética do Religioso é o testemunho, não tanto pela

palavra, mas pelo SER-AMOR. O Espírito Santo é pura presença. Presença que desencadeia um processo novo de vida. O Pai fala e age. O Filho fala e age. O Espírito Santo é presença-comunhão de amor, que possibilita ao Pai e ao Filho falar e agir. O Religioso deve ser presença-liberdade; comunhão de amor, que possibilita à hierarquia e ao laicato falar, agir e que, também, escutando-os, julga-os constantemente.

A redescoberta da originalidade da Vida Religiosa como “vida segundo o Espírito”, nos traços específicos da Consagração de Liberdade, Comunhão, Presença pelo SER-AMOR certamente fará os religiosos muito mais felizes e, por isso mesmo, mais sacramentos agora daquilo que todos seremos na escatologia: totalmente ricos (pobreza), totalmente livres (obediência), totalmente amor (afeto e sexualidade), porque totalmente em Deus, que preencherá nossa sede do TER, do SER, da LIBERDADE, do AMAR, do FAZER. E na rebeldia que sempre caracterizou e caracteriza a presença do Espírito Santo, alguns religiosos estão apontando pelo testemunho de vida, inseridos no meio dos pobres, na plena entrega livre e despojada, os caminhos da autêntica Vida Religiosa, que o Espírito insiste em inspirar ou relembrar, mas que a história da fragilidade humana insiste em trancar nos ritos, na letra das Constituições, nos museus vivos dos conventos, nas gigantescas e complexas estruturas congregacionais e em muitas personalidades reprimidas. Cada religioso é chamado e instado à sadia e profética rebelião que mar-

cou o início da Vida Religiosa e da maioria das Congregações Religiosas, como portador que é de um Carisma muito específico e por isso mesmo gritante a serviço da Igreja e da transformação do mundo. Sem isso, acontece um nivelamento por baixo pela mediocridade e pelo aburguesamento dos religiosos, emperando a ação do Espírito. Não há autêntica vida religiosa sem uma evidente profecia pela vida, pela palavra e pela ação dos religiosos individual e comunitariamente. Aí se radicam a originalidade e a identidade do SER do Religioso na Igreja e no Mundo. Aí acontece também um sério questionamento às formas tradicionais de vida religiosa articuladas ao longo de séculos e cristalizadas em algumas estruturas abafadoras do SINAL. Não se trata aqui obviamente de “condenar” estas formas e “canonizar” outras; mas de sugerir uma confrontação dialética que ocasione chances para transformações verdadeiramente profundas quanto ao modo de realizar o projeto de Vida Religiosa para e no mundo de hoje. Parece que o Espírito Santo “sopra” em direção à necessidade de um posicionamento, uma decisão mais corajosa com relação ao carisma específico da Vida Religiosa que exige uma vinculação radical com o Povo, com o empobrecido, com a justiça.

Se vivemos de fato a ERA DO ESPÍRITO, necessitamos de SINAIS que evidenciam esta verdade. Não nos basta examinar essa evidência nos escritos do Novo Testamento. Estão aí. São provas maravilhosas.

E seria enriquecedor fazer um estudo mais completo e também incluir todo o Antigo Testamento. O que há é a necessidade de UMA CONVERSÃO MAIS AUTÊNTICA nossa (de todos os componentes do Povo de Deus, e nele, de modo especial, dos Religiosos) para POSSIBILITAR AO MUNDO, agora, aqueles sinais apontados nos Escritos Bíblicos. “Enviai, Senhor, o vosso Espírito e tudo será recriado, e renovareis a face da terra”, rezamos. E o Senhor certamente nos responde: “Ele já está com vocês, mas vocês não vivem, não falam, não oram, nem agem segundo sua Presença e, por isso, o mundo cada vez é mais destruído. Não peçam tanto que eu envie o Espírito. Garantam-se, pela vida, que, de fato, o estão acolhendo e obedecendo e, então, sim, tudo será recriado e renovaremos a face da terra. Estou ficando farto das celebrações, orações, cantos, reuniões, capítulos, documentos, retiros, palavras e mais palavras... leiam Is 1,11-15; eu quero que ‘andem’ segundo o Espírito, leiam Is 61,1-8;42,1, isto é, na JUSTIÇA, conforme falo em Is 58,1 a 14 e 1,16-20, e sobretudo de acordo com o exemplo vivo de meu Filho, Jesus de Nazaré, de quem vocês se dizem DISCÍPULOS. Ele o protótipo do Consagrado, do Ungido pelo Espírito, mas para a Libertação”.

Questionamentos

1 — O que nesta leitura mais me IMPRESSIONOU E ME CHAMOU para a CONVERSÃO?

2 — A partir desta reflexão, que significa para mim: o Espírito Santo é o Educador perene de nossa fé.

3 — Em que pontos não concordo com o Autor? Por que? Que aspectos apontados neste trabalho devo aprofundar?

4 — Que significa para mim, como religioso “viver segundo Espírito Santo, ser dele sinal e sacramento”?

Notas, Citações e Bibliografia

(1) **VÁRIOS:** REVELAÇÃO DO PAI E DO ESPÍRITO SANTO, Iniciação à Teologia, 1ª série, nº 8 (Centre Saint Dominique, l'Abresle). Ed. Paulinas, 1979 — p. 63. (2) **NERY, Israel Josephus, fsc:** TROIS PAROLES DE JÉSUS SUR LE SAINT ESPRIT DANS LES EVANGILES SYNOPTIQUES (étude exégético-doctrinale) — Dissertatio ad licentiam in scientiis religiosis, Sectio Dogmatica-catechetica, Moderator: Rev. mus P. Franciscus GERRITZEN o.s.b. — PONTIFICIA UNIVERSITAS LATERANENSIS — Pontificium Institutum “Jesus Magister” — Roma, 1964. (Cf. Revista “LASALLIANUM” (Bulletin semestriel d'Information et de liaison), nº 3, novembre 1964 p. 104 ss — Via Aurelia, 476, Roma). (3) **VÁRIOS:** REVELAÇÃO DO PAI E DO ESPÍRITO SANTO (ver nota 1), páginas 47 e 48. (4) Para as pesquisas bíblicas nos fundamentamos em: BAUER, Johannes B. DICIONÁRIO DE TEOLOGIA BÍBLICA, vol. 1 Ed. Loyola, 1973 — SP. Verbete “ESPÍRITO”, páginas 374-389. LÉON-DUFOUR, Xavier e outros: VOCABULÁRIO DE TEOLOGIA BÍBLICA Ed. Vozes, 1972. Verbete “ESPÍRITO DE DEUS”, páginas 296-304. FRIES, Heinrich: DICIONÁRIO DE TEOLOGIA (Conceitos fundamentais da Teologia Atual) — Ed. Loyola, 1970 — SP. Vol. 2, Verbete “Espírito Santo” páginas 92 a 98. BARRETT, C. K. THE HOLY SPIRIT AND THE GOSPEL TRADITION, S.P.C.K. London, 1958. SCHWEIZER, Eduard and

others: SPIRIT OF GOD (Bible Key Words, from GERHARD KITTEL'S “Theologisches Worterbuch zum Neuen Testament”) — Adam & Charles Black — London, 1960. WAINWRIGHT, Arthur W.: THE TRINITY IN THE NEW TESTAMENT. S.P.C.K. 1962, London. MAERTENS, Dom THIERRY: LE SOUFFLE E L'ESPRIT DE DIEU — Desclée de Brouwer — Col. Thèmes Bibliques, 1959. (5) Além da Bibliografia acima citada recorreremos aqui ainda a CERFAUX, Lucien: LA COMMUNAUTÉ APOSTOLIQUE — Les Éditions du Cerf — Col. Témoins de Dieu, 1956. VAN DEN BORN e outros: DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DA BÍBLIA, verbete: ESPÍRITO pp. 478 e seguintes. Ed. Vozes, 1971. ROBERT, A. e FEUILLET, A. INTRODUCTION A LA BIBLE, Tome II Nouveau Testament — Desclée & Cie-Éditeurs, 1959. JEREMIAS, J. TEOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO — Ed. Paulinas, 1977. SCHNACKENBURG, Rudolf: LA THEOLOGIE DU NOUVEAU TESTAMENT — Col. Studia Neotestamentaria, subsidia I — Desclée de Brouwer, 1961. GOPPELT, Leonhard: TEOLOGIA DO NOVO TESTAMENTO, Vol. I — Jesus e a Comunidade Primitiva — Ed. Vozes, 1976. FEINER, Johannes e LOEHRER, Magnus: MYSTERY OF SALUTIS, Volumes 3/1 e 3/8 — Ed. Vozes, 1973 e 1974. BOFF, L.: “IGREJA CARISMA E PODER” Ed. Vozes, 1981. (6) Além da Bibliografia citada nas notas anteriores ainda nos apoiamos em: SCHREINER, J. e DEUTZENGERG: FORMA E EXIGÊNCIA DO NOVO TESTAMENTO — Edições Paulinas 1977. CERFAUX, L.: O CRISTÃO NA TEOLOGIA DE SÃO PAULO — Ed. Paulinas, 1976. (7) Acrescentamos aqui a seguinte bibliografia: CELAM: A IGREJA NA ATUAL TRANSFORMAÇÃO DA AMÉRICA LATINA (Documento de Medellín), Vozes. CELAM: A EVANGELIZAÇÃO NO PRESENTE E NO FUTURO DA AMÉRICA LATINA (Documento de Puebla), Ed. Loyola. Paulo VI: EVANGELII NUNTIANDI (A Evangelização no Mundo Contemporâneo) — Ed. Paulinas — Col. A Voz do Papa, nº 85. TRISTÃO DE ATHAYDE: “A SUPREMACIA DO AMOR” em JB, 3/9/82, p. 11 (1ª Cad.): “Enganou-se o próprio Shakespeare, ao nos propor pela boca de Hamlet, que SER OU NÃO SER é a grande questão. Ora, ser ou não ser, em si, é indiferente. O que há

VOCAÇÃO

E VONTADE DE DEUS

“Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus, são filhos de Deus. . . Ora, se somos filhos, somos também herdeiros; herdeiros de Deus e co-herdeiros de Cristo, se com ele padecermos, para sermos igualmente glorificados com ele” (Rom 8,14,17).

“Sabemos que todas as coisas concorrem para o bem dos que amam a Deus, dos que, conforme seus desígnios são chamados. Os que ele de antemão conheceu, também os destinou para serem semelhantes à imagem de seu Filho, para que este seja o primogênito entre muitos irmãos. E aos que destinou, também os chamou, e aos que chamou, também os justificou, e aos que justificou, também os glorificou” (Rom 8, 28-30).

Pe. Erich Georg Hennings, barnabita

Belo Horizonte, MG

Uma vez nascido o homem, Deus tem um plano para oferecê-lo.

O Card. Newman costumava dizer: “Fui criado para fazer ou para ser qualquer coisa para a qual ninguém jamais foi criado. Pouco importa que seja rico ou pobre, desprezado ou estimado pelos homens. Deus me conhece e chama-me pelo nome. De qualquer maneira sou tanto necessário no meu lugar quanto um arcanjo no seu” (cit. por C. Castagnetti, em *Vocazione*, p. 1694 do NDSp.).

Isto significa que cada criatura e, de modo especial, o homem tem uma razão de ser, uma missão, um lugar,

uma realização no plano salvífico de Deus dentro da história humana. Ninguém é inútil, não obstante as aparências até em contrário. Todo ser humano é chamado à existência para exercer um determinado papel e configurar-se a Cristo, a partir do Batismo, a fim de ser liberado do pecado, da morte e de todas as formas de escravidão tanto externas quanto internas. Em outras palavras, tomar cada vez mais uma maior participação na vida do Ressuscitado. E isto significa um crescente desapego de tudo que possa impedir a união a Cristo, trilhando a estrada da cruz. Sem cruz não há possibilidade de ressurreição e da glória celeste.

Além desta vocação comum a todo ser chamado à existência tanto natural quanto sobrenatural, o homem possui uma vocação específica. O homem não é apenas o homem comum, igual em tudo, mas é uma pessoa, é algo de irrepetível e de único que não se confunde com ninguém. Ele não é um anônimo, um número que executa anonimamente a sua parte numa grande obra. Dentro do plano histórico-salvífico geral, o homem tem uma missão específica, típica, bem caracterizada que deve realizar tanto em proveito próprio quanto em proveito dos outros homens.

Enfim de contas não vejo cada homem desempenhar neste mundo, em torno de mim, um determinado papel? Não vejo os que varrem as ruas, os que fazem o pão que tomo no meu café da manhã, os que guiam a condução que uso, ônibus ou metrô, os garotos que me oferecem o jornal da manhã com suas notícias de primeira página, os de profissão liberal que atendem à minha saúde, aos meus direitos, à minha cultura, aos meus bens, à minha alma, etc...? E por que conseguem fazer isto? Porque a realização do plano individual e personalizado de cada pessoa é um feliz encontro entre as aptidões e interesses que amadurecem em cada ser e as oportunidades e necessidades da comunidade. Há sempre um lugar que precisa de nossas aptidões, de nossas capacidades desenvolvidas de acordo com nossos interesses razoáveis e justos. Pode, porém, este lugar não ser onde nós estamos agora, onde temos a nossa moradia, o nosso habitat. Poderá ser

até um lugar longe. Nem sempre a nossa oferta corresponde à demanda de um certo lugar, mas pode corresponder à demanda de outros lugares. Então devemos ter a mesma coragem de Abraão que soube deixar o seu lugar, na Mesopotâmia, e emigrar para uma outra terra. "O Senhor disse a Abraão: Sai da tua terra, da tua pátria e da casa do teu pai e vai para o lugar que te indicarei" (Gen 12,1).

Com Cristo, o cristão rompe as fronteiras, as divisões políticas e econômicas além de religiosas e raciais. Os talentos que Deus nos deu são, em parte, os elementos que configuram, desde já, a nossa chamada específica. O resto será complementado pelos dons do Espírito Santo e pelo espaço histórico que nos será reservado.

As vocações específicas bifurcam-se em duas grandes categorias: **vocação aos ministérios eclesiais** e **vocação às formas de vida**. Entre a primeira categoria encontramos os bispos, os sacerdotes, os diáconos, os ministérios leigos tanto institucionalizados quanto os que não são. Quanto à última encontramos os solteiros, os casados, as viúvas, os consagrados nos Institutos seculares ou na vida religiosa e os contemplativos. Cada forma ministerial ou forma de vida contribui para o crescimento do Corpo Místico de Cristo segundo a sua peculiaridade própria. O **bispo**, possuidor da plenitude do sacramento da ordem, é o princípio e o fundamento da unidade na comunhão e na animação da igreja local. O **sacerdote** cooperador do bispo, torna-se presente como Cristo na sua função de pastor e preside a assem-

bléia cristã, o **diácono**, animador dos serviços da comunidade cristã, é sinal com Cristo que não veio ser servido, mas servir. Os **leigos** são os colaboradores para o crescimento da comunidade cristã em virtude da diversidade dos dons que possuem, anunciam e comunicam, e dos diversos ambientes, em razão de suas profissões, que freqüentam.

O religioso seja de vida ativa ou mista, seja de vida contemplativa (uma divisão não muito feliz, pois um religioso sem um mínimo de vida contemplativa já perdeu o seu ser religioso) é aquele que se consagrou total e radicalmente a Deus e ao serviço dos seus irmãos mediante os conselhos evangélicos para se tornar sinal visível do futuro, da ressurreição, da vida eterna.

Há, porém, certas exigências e certas condições para que cada um de nós possa de fato realizar e concretizar o plano divino. A primeira exigência a ser posta é a de que a família e a comunidade cristã eduquem o homem, desde a sua infância até a sua idade adulta, na fé e no compromisso responsável. Deus não implanta o plano sem a colaboração estreita e constante do homem. O início da criação e do amor redentor foi iniciativa de Deus, mas a sua continuação e maturação exige a pronta, livre e dedicada cooperação do homem. "Deus creavit te sine te, sed non salvabit te sine te" (Sto. Agostinho).

Dentro dos parâmetros da nossa vocação geral e específica é que encontramos a expressão da vontade de Deus. Se Léon Bloy dizia que não

há maior tristeza do que não sermos santos, poderíamos dizer que não há maior desgraça do que não aderir à vontade de Deus. Mas esta adesão à vontade de Deus não lesaria de uma certa forma a nossa autonomia e liberdade? Não seria no fundo um certo determinismo ou uma certa predestinação fatalista aplicada a cada um de nós, mergulhando-nos em seguida no infantilismo espiritual, na imaturidade irresponsável ou na submissão cega de um destino inexorável? Ou então como aqueles que acham que a vontade de Deus, uma vez por todas está codificada, petrificada na Bíblia, no direito canônico e outras regras e que basta submeter-se cegamente a este tipo de legislação, contando com o coeficiente rigorista e fundamentalista para tornar-se santo e salvar-se? Os dois extremos devem ser evitados. Deus criou o homem livre e com o dom do seu Espírito tornou este mesmo homem, antes pecador e escravo, um filho livre de Deus que está a serviço, livremente aceito, de Deus e dos seus irmãos. Não há santidade possível sem liberdade. A vontade divina, sem dúvida, manifesta-se na revelação divina que traça o plano cheio de mistério, da vida com Deus por meio de Jesus Cristo no Espírito Santo. Mas o que nos preocupa não é saber do plano geral de Deus, mas o que devemos fazer, hic et nunc, em cada situação concreta em que vivemos. Diz Luiz de Pinto que "a maturidade cristã exercia-se na penetração sapiencial e pneumática, no discernimento profético e na prática existencial da vontade do Pai" (em NDS pp. 1713). E ainda "quanto mais o cristão purifica-se da pró-

pria ótica limitada e do instinto de dobrar em seu proveito a vontade de Deus tanto mais eleva a sua vontade ao mesmo nível da de Deus e se transforma nele, absorvendo o mesmo espírito salvífico de sabedoria e de amor" (ib.).

A relação entre o cristão e seu Pai celeste não é tanto entre um legislador que ordena o que o súbdito **deve** fazer, mas muito mais entre um amigo que ama o outro e que procura, por todos os meios, o que **pode** fazer por ele. Ora a Bíblia, principalmente, o Novo Testamento nos faz conhecer o Pai. Ele nos diz o que ele é e o de que ele gosta. E o Espírito que nos foi dado, pelo qual conseguimos chamar a Deus de Pai e a Jesus de Senhor (Rom 8,35; 10,4) nos inspira a fazer o de que Deus gosta que façamos. À medida que o fiel se desapega de toda ganga por demais humana, e se purifica e não se deixa vencer em generosidade, tanto mais tornar-se-á disponível, pronto para ouvir a voz interior do Espírito. Sentirá por conaturalidade, aquilo que Deus gosta e deseja. A mulher que ama profundamente o seu marido não chega a adivinhar o de que ele gosta? Não se torna prestativa mesmo diante do sacrifício e das dificuldades? Uma mãe carinhosa não prevê o de que

seu bebê precisa e gosta? A força de fazer o de que Deus gosta, em base a um certo instinto espiritual, fruto de uma experiência religiosa nem sempre passível de conceptualização e de expressão verbal, faz com que nasça o hábito do discernimento cada vez mais afiado e seguro, principalmente quando controlado pela comunhão eclesial e fraterna e pelos seus frutos. Isto significa que não existem receitas já prontas. É necessário que o homem que crê se esforce por conhecer a vontade de Deus na oração, na meditação, na reflexão e no conselho e diálogo travado com os seus semelhantes.

Em breve, a purificação interior acompanhada da oração, torna-se condição indispensável para poder ouvir a voz do Espírito. Só uma experiência continuada nos dará esta "conaturalidade" em saber e discernir, entre várias opções, qual aquela que agrada ao n o s s o Pai celeste. Concomitantemente, ao atender a voz do Espírito atenderemos também à realização da nossa vocação específica e da nossa realização como pessoa no mais alto grau possível. E por que? Porque, como foi dito no início "todas as coisas concorrem para o bem dos que amam a Deus" (Rom 2,28).

A prática pastoral enriquece ou empobrece a vida religiosa?

A prática pastoral importa em riqueza pelo testemunho do povo, pela acolhida de novos valores, pelo realismo da vida, da pobreza, pela volta ao carisma... A prática pastoral empobrece também quando se converte em ativismo, quando falta revisão permanente, quando a oração se rarefaz....

COMUNIDADES AUTOGOVERNADAS. AUTORIDADE E OBEDIÊNCIA NAS PEQUENAS COMUNIDADES

O certo é que o atual momento histórico, tal como o vivem as Comunidades Inseridas, é um momento grávido de criação e mesmo de improvisação. Vive-se o momento do instituinte. Não é o momento do instituído: das estruturas e práticas tradicionais.

Fr. Clodovis Boff, OSM
Rio Branco, AC

1. Introdução

A Vida Religiosa (VR) vem passando ultimamente por um processo de profundas transformações em todos os seus elementos. Trata-se de uma verdadeira revolução, que só encontra paralelo nas grandes "arancadas" do passado: a do monaquismo, a do movimento mendicante e a dos clérigos regulares do sec. XVI. Nós mesmos somos ao mesmo tempo testemunhas e artesãos de uma **nova etapa histórica** da VR.

As Comunidades Inseridas nos Meios Populares aparecem aqui como condensadores e ao mesmo tempo motores desse processo de mudança. São o lugar privilegiado, não único, de verificação e ativação do novo rosto que a VR vai-se dando.

Neste pequeno trabalho vamos concentrar nossa atenção sobre a questão particular da autoridade-obediência na VR, tentando perscrutar as mudanças que aí estão se dando, mais particularmente no nível das Pequenas Comunidades Inseridas. O que nelas se passa exprime de maneira mais clara e definida o que se passa de forma mais difusa (e mesmo confusa) no campo mais vasto de toda Instituição Religiosa.

Sim, percebe-se que algo desponta no horizonte. Trata-se de um processo inicial, cheio de promessas, mas que ainda não atingiu suas formas maduras. Estamos ainda na fase das instituições, fortes mas ainda pouco definidas. Há ainda muita obscuridade, mas esta vai recuando

e é a luz que se afirma de mais a mais.

É esse contexto de lusco-fusco que explica porque, por mais que queiramos ver claro, a paisagem atual da VR não se esclarece satisfatoriamente. Mas se é certo que o dia vem, certo é também que é o olhar vigilante que o traz conjuntamente. A claridade vem do sol e do olhar perscrutador.

2. Nosso contexto histórico

A VR sempre viveu num determinado contexto social. E recebeu dele, sempre, múltiplas influências. E vice-versa.

Em termos de autoridade-obediência, a VR hoje na América Latina, em particular no que toca às Comunidades Inseridas, repercute com muita força o movimento de **libertação política** que atravessa o corpo social, sobretudo as classes populares. Não se quer mais saber de ditadores e outros autoritarismos. Os atuais regimes políticos da América Latina contribuíram em muito para desmoralizar (no duplo sentido da palavra) entre nós o próprio conceito de autoridade. Autoridade e obediência são termos que vem ligados a conotações pejorativas, devido justamente às experiências históricas recentes e presentes (totalitárias ou autoritárias).

Por outro lado, o trabalho das Comunidades Inseridas junto às classes populares, particularmente junto às CEBs, segue toda uma metodologia frontalmente oposta a qualquer dominação ou dirigismo. A pedagogia das Pequenas Comunidades Inse-

ridas se orienta concretamente a partir de princípios, tais como: tudo de baixo para cima, nada de decisões de cima para baixo; as decisões devem ser tomadas coletivamente não por um chefe carismático ou um grupelho vanguardista; as direções devem ser democraticamente eleitas; nada de dirigentes "pelegos" ou auto-designados, etc.

Não se diz aqui que as Comunidades Inseridas consigam sempre encarnar nas **práticas** tais princípios. Diz-se apenas que é por eles que elas se orientam, se julgam, se revisio-nam e planejam seus trabalhos.

Nesse contexto as palavras-chaves não são autoridade-obediência. Quase não se fala nisso. Fala-se, sim, em união, organização, participação, autonomia e responsabilidade. Esse novo vocabulário talvez seja sintoma de que a problemática autoridade-obediência deva hoje ser equacionada de outra forma. Os velhos termos autoridade-obediência já parecem superados para o novo projeto histórico (embora sejam mais que atuais na situação vigente). De todos os modos, talvez não seja mais esse binômio que estruture as tentativas de uma nova vida social.

O certo é que o atual momento histórico, tal como o vivem as Comunidades Inseridas, é um momento grávido de criação e mesmo de improvisação. Junto às camadas populares, especialmente em termos de Igreja, vive-se o **momento do instituinte**; inova-se, inventam-se práticas, elaboram-se projetos alternativos. Não é o momento do instituído: o das estruturas e práticas tradicio-

nais e vigentes. Há ao contrário extrema relativização ideológica das instâncias constituídas. Tudo o que cheira ao **status quo** — ao que está aí — recebe uma deslegitimação espontânea e imediata (embora num segundo tempo, se possam fazer tentativas de reapropriação).

Esse nos parece ser o contexto histórico em que respiram e atuam as Comunidades Inseridas no que diz respeito à questão da autoridade-obediência. Ele condiciona dialeticamente (e não mecanicamente) o modo como elas vivem a mesma questão do ponto de vista especificamente religioso.

Trataremos dessa questão em dois níveis distintos: no nível da relação das Comunidades Inseridas com as instâncias externas de Autoridade Religiosa (Governo da Congregação), e ao nível da relação das Comunidades Inseridas com sua própria instância interna de Autoridade.

3. **Comunidade inserida e autoridade externa (governo)**

A Comunidade de Inserção não é uma comunidade órfã. Ela está normalmente vinculada a um Instituto Religioso. Por isso mesmo continua sempre ligada às suas instâncias de autoridade.

A autoridade religiosa instituída faz sentir sua presença tanto no início como na continuação da existência de uma Comunidade Inserida:

a) **Primeiro, no início.** É claro que para se implantar num meio popular, uma Comunidade Religiosa necessita no mínimo da **permissão**

das Autoridades de sua Congregação.

É verdade que tal permissão raramente se tem processado sem problemas. E isso é “natural” e até compreensível, se se tem em conta a **tendência** conservadora de toda instituição. Contudo, a história é sempre mais forte que toda estrutura. Esses 20 anos de inserção já mostram que houve um progresso: inicialmente as Comunidades Inseridas foram apenas **toleradas** (algumas francamente rejeitadas); depois, começaram a ser **aceitas**; por fim, já são **assumidas** (e até encorajadas).

O ritmo aqui varia de Congregação para Congregação e até de Comunidade para Comunidade (havendo delas que passaram por todas essas fases... e outras...). Mas o processo geral parece ser aquele.

Importa observar que, nas tensões e conflitos de início entre Comunidade Inserida e Superiores da Congregação, a disputa girava em torno do **carisma originário** e de suas **expressões históricas**. Ou seja: o centro do diálogo ou do debate era a relação da **essência** da VR com as novas **formas** propostas: se era possível viver o carisma da VR na inserção junto ao povo. As razões de uma parte e de outra tinham distintos focos de referência: os Superiores invocavam a **autoridade do instituído**: as tradições, as regras, etc. e os defensores da inserção invocavam a **autoridade do instituinte**: o espírito do Fundador, o carisma da Congregação, os desafios do tempo presente, etc.

Note-se aqui que a própria autoridade constituída (os Superiores) aparece como posta em cheque, ou melhor, relativizada pela invocação a uma autoridade mais alta; a do carisma originário da Congregação e da VR em geral. É a esse que se deve "obedecer" antes de tudo, e é dele que a própria autoridade constituída tira sua autoridade, sua força normalmente vinculante.

A questão — esclareçamos — não é propriamente a de opor a autoridade do carisma à autoridade dos Superiores, mas sim a de hierarquizá-las. A questão não é também a de opor o carisma religioso às formas de VR e menos ainda de opor umas formas às outras, mas sim de examinar se o carisma de sempre não pode se exprimir **também**, e quem sabe **melhor**, dentro das novas formas — as da inserção.

É verdade que a questão da inserção nem sempre foi colocada nesses termos, mas de maneira polêmica e por isso mesmo polarizada. E isso é quase inevitável. E é também verdade que as Autoridades da Congregação muitas vezes apareceram mais como uma instância a ser superada que como instância a ser consultada; mais como obstáculo que como ajuda; mais como prova que como prova para o discernimento.

Atualmente, contudo, houve um avanço considerável de toda a VR na linha da inserção, de modo que essa problemática está sendo de mais a mais superada na medida também em que se ativam e se legitimam as Comunidades Inseridas através de sua própria vivência evangélica.

b) **Depois, na continuação.** Com efeito, a Comunidade de Inserção continua ligada à Congregação e por isso aos Superiores da mesma, também em função da sua continuidade. De fato, ela sobrevive, juridicamente e mesmo espiritualmente, até que permanece vinculada à própria Congregação através do **consentimento** de seu Governo (Superiores, Conselho, etc.).

Aliás este interfere em sua vida de muitos modos: na composição de seus membros, muitas vezes na sustentação material, outras na solicitação de assumir encargos de alcance provincial, etc.

Como se vê, a presença da autoridade, com a obediência que isso implica, aparece em muitos pontos da caminhada de uma Comunidade Inserida. É verdade que o **estilo** da autoridade e da obediência não é mais o tradicional, de modo que com dificuldade se pode falar ainda sem mais em termos de autoridade e obediência. Fala-se antes em diálogo, responsabilidade, comunhão, participação, serviço, direção, coordenação, articulação e em outros termos do gênero — termos que indicam relações simétricas, circulares e não relações assimétricas, hierárquicas.

Concluindo o exame da relação: Comunidades Inseridas e Autoridade externa, podemos dizer que as figuras de Governo: Superior, Conselho e Capítulo representam **mediações de vinculação** com a Comunidade maior da Congregação. Sua autoridade tem aqui valor de serviço: o **serviço da comunhão** com as outras Comunidades.

Ademais, os Superiores garantem a inserção das novas Comunidades Inseridas no tronco da velha Instituição Religiosa. Eles permitem assim que a seiva de sua riqueza espiritual e evangélica: santos, regras, costumes, espiritualidade, ar de família, carisma, etc., continue a passar para os novos brotos. Ao inverso, eles fazem a velha árvore rejuvenescer com os novos ramos que germinam.

Esse papel de mediação ou elo de ligação é de importância vital tanto para a Grande Congregação como para a Pequena Comunidade Inserida. É só quando ele cessa — no momento em que os canais da comunicação são obstruídos — que se percebe o valor dessa tarefa, tanto mais fecunda quanto mais discreta.

4. **Comunidade inserida e autoridade interna**

É nesse nível menor — o nível interno — que a questão autoridade-obediência nas Comunidades Inseridas se apresenta como mais original e criativa.

Como é que nelas se exerce a autoridade-obediência? Descrevamo-lo em alguns pontos a partir da experiência dessas mesmas Comunidades. Esta experiência de resto, foi recolhida através de extensos relatórios, da participação como assessor, em reuniões e assembléias e de contactos múltiplos com várias dessas Comunidades Inseridas. Vejamos pois:

1. **A Comunidade reunida** representa normalmente a instância de decisão mais importante. O que

envolve a todos é por todos discutido e decidido. Devido às dimensões pequenas de uma Comunidade Inserida, é fácil reunir todos os seus membros. Isso, aliás, não envolve geralmente, uma intervenção formal: decidem-se as questões na mesa, na hora da oração e mesmo na cama apenas o pessoal deitado. O diálogo ou, mais despretenciosamente, a conversa é o normal. Ela prossegue até se chegar a um **consenso**. É um pouco como uma família, descontado seu eventual machismo. O princípio da maioria bem como a prática da convocação formal não se adequam às proporções e à natureza de uma Pequena Comunidade Inserida nos Meios Populares.

Nota-se, pois, aqui que a questão autoridade — obediência recua em proveito da idéia de **participação** de todos. Tal participação pertence ademais à dinâmica mesmo da vida quotidiana. Daí sua informalidade. Mas isso não impede que para casos particulares seja necessária uma intervenção mais formal da Comunidade.

2. O princípio da **corresponsabilidade** é o que preside à distribuição e assunção das várias tarefas caseiras, cozinha, caixa, hospedagem, limpeza, oração, coordenação geral, etc. Os encargos não se acumulam sobre uma só pessoa mas se dividem entre todos.

3. Essas tarefas são, em muitas Comunidades, exercidas em **rodízio**, mesmo a função de coordenação (correspondendo à do Superior ou Superiora numa Comunidade tradicional). Assim, as competências deixam de se cristalizar e se hierarquizar.

zar, dando chance a que cada um se exerça em distintos setores crescendo de modo polivalente. Através do exercício da alternância a Pequena Comunidade se apresenta como uma pequena “escola politécnica” para a formação do “homem integral”, que vem a ser ao mesmo tempo: cozinheiro, ecônomo, liturgo ou mistagogo, dirigente, e outras coisas mais.

4. A perspectiva da **missão** junto aos oprimidos é decisiva na organização interna da vida da Comunidade por inteiro, também no que tange à questão aqui em foco: autoridade-obediência. O “clamor dos pobres” são ordens às quais a Comunidade se sente na obrigação de obedecer. Aí então a obediência aparece como obediência à missão, obediência a seus desafios, obediência às interpelações dos Pobres.

Estes voltam a ser o que sempre foram para grandes fundadores da VR tais como S. Francisco e S. Vicente de Paulo: os **senhores** a quem os religiosos devem obediência, a “autoridade” que lhes medeia a vontade de Deus. Certo, o religioso obedece à Comunidade, mas esta obedece aos apelos da missão, mais concretamente, aos apelos dos Oprimidos. Precisa ainda examinar como isso se articula com as instâncias formais da Autoridade. Baste aqui ter indicado mais essa intuição fundamental das Comunidades Inseridas quanto à autoridade-obediência.

5. E o papel do **Superior ou Superiora** dentro de uma Comunidade Inserida? Mesmo numa Comunidade Inserida existe a figura do principal responsável. Aliás, isso é exigência

canônica da Congregação. Se a figura jurídica é a do Superior ou Superiora, sente-se um constrangimento moral em chamá-lo e tratá-lo assim. Seja que se chame assim ou não, o principal responsável é de fato um **coordenador**. Sua função é de permitir que diferentes pessoas convivam, articulando seus carismas pessoais.

É o serviço da unidade — necessário sempre que se trata de compor diversidades. Nesse sentido retoma valor a tese clássica: **a autoridade é uma exigência de toda Comunidade — ad bonum comune —** para o real bem comum. Mas essa autoridade não está **fora** ou **acima** da comunidade, mas sim **dentro** e a **serviço** dela. É uma função que numa Pequena Comunidade, não admite privilégios e honras, antes acarreta preocupações e trabalhos. É por isso que de menos a menos se encontra gente que quer ser “superior”. Sinal de saúde evangélica de uma autoridade — como já fazia observar Orígenes, em contraste com o poder dos “chefes das nações” de que fala Jesus. Se o “coordenador” puder ser eleito pelos membros das Comunidades, há grande chance de que sua liderança assente mais em sua própria personalidade (“liderança carismática”: Max Weber) do que simplesmente no cargo administrativo que ocupa (“liderança burocrática”: Max Weber). E se o cargo for **rotativo** e **submetido à Comunidade reunida** — como tende a sê-lo nas Pequenas Comunidades Inseridas — então sua figura se torna cada vez menos “imponente” e mais interiorizada na

Comunidade, a ponto de parecer "superior apenas no papel" — como confessam algumas Comunidades Inseridas — ou para fins de representação pública.

5. Autogoverno (não independência)

Que dizer deste modo de organização interna? Como definir toda essa situação? Poderíamos empregar uma palavra só: autogoverno. O que se percebe com efeito é o esforço de criar comunidades autônomas, autogeridas, em que cada membro se sinta responsável junto com os outros e apareça como um centro de criatividade e decisão. Aliás, quem conhece os membros das Comunidades inseridas sabe que são pessoas vivas, ativas e determinadas. São críticas e desejosas de participação em tudo. A decisão pela inserção e a metodologia de seu trabalho popular são expressões dessa idiossincrasia.

A dinâmica interna das Comunidades Inseridas, o relacionamento mútuo entre seus membros, não se entende corretamente a partir da problemática clássica autoridade-obediência. Esse é um equacionamento por demais estreito e que passa ao largo do eixo central de sua vida. Aliás, esse vocabulário se revela uma vez mais, e de modo mais agudo, inadequado e quase passado. A problemática de fundo se coloca em termos de "comunhão e participação", situando-se a questão da "coordenação" (e já não mais de "autoridade") em função daquela e tomando a "corresponsabilidade" o lugar da "obediência". Assim: a ve-

lha equação: **autoridade-obediência em vista do Bem Comum** se trata hoje na nova equação: **coordenação-corresponsabilidade em vista da Comunhão e participação**.

Essa nova sensibilidade não é específica da Comunidade Inserida. Ela é comum de toda a VR hoje. Na Comunidade Inserida ela ganha apenas uma tonalidade mais intensa e particularmente expressiva.

Assim, a figura do Superior/Superiora, convertida em Coordenador/Coordenadora (de nome ou de fato), se aproxima sensivelmente do ideal evangélico do "servo" e do "último". O "Superior" acaba tendo algo da função do guarda de trânsito ou do maestro de orquestra, função simples, humilde e despretensiosa: seu papel é permitir a articulação das pessoas diferentes e de suas diferenças. Um verdadeiro serviço.

Não teria então o "Superior" ou "Superiora" uma significação **teológica** particular? Estaria ele ou ela investidos de um carisma particular para descobrir a vontade de Deus para sua Comunidade e seus "súditos"? Seria ele ou ela uma "mediação privilegiada" para o discernimento do que Deus quer? Não tem ele o direito à "última palavra" e, portanto, à prestação final de obediência, quando o diálogo não consegue chegar a um consenso ou a um consentimento?

Eis aí questões reais que é preciso refletir seriamente. Na impossibilidade de aprofundá-las aqui, seja permitido dizer de passagem, o se-

guinte: que se a autoridade religiosa for realmente uma **autoridade carismática**, assentada na vivência evangélica (e não apenas num código jurídico) e que se estiver **sintonizada com os apelos da realidade de seu tempo**, ela prestará realmente o **serviço** que o Evangelho requer dela. Do contrário, a questão da “última palavra” não passará de uma **regra pragmática** que assegura a montagem da Instituição sobre seus membros individuais — o que é sociologicamente compreensível, mas nem sempre evangelicamente justificável.

Mas casos de “última palavra” se tornam cada vez mais inviáveis no interno de uma Comunidade Inserida, onde a figura do “Superior” é total e profundamente redefinida a ponto de parecer por vezes superada. Aí vige antes a idéia de **uma Comunidade que é superiora de si mesma** (autogoverno).

Essas práticas de autogoverno não deixam de refletir sobre a Congregação maior no sentido de uma interpelação profética e indução pedagógica por um novo modelo de autoridade na base da **colegialidade** e de **serviço**. Elas refluem também sobre a sociedade global no sentido de que a Comunidade Inserida aí se apresenta tanto como uma **escola**, de participação e responsabilidade quanto como **modelo** profético que antecipa e reflete em pequeno (e a seu modo) a comunhão e participação efetivas que podem e devem existir na grande sociedade.

Por isso, **o modo como uma Comunidade se estrutura internamente**

é politicamente significativo e não só sua prática direta sobre a sociedade. Assim, a Comunidade Inserida exprime simplesmente a inquietação histórica que atravessa hoje as grandes massas: o anseio por uma sociedade participativa onde não só o ter mas também o poder seja socializado (junto com o saber).

Podemos agora destacar algumas poucas conclusões da análise sobre a experiência ainda em curso das Comunidades Inseridas no nível da questão autoridade-obediência.

1. A “autoridade” do **carisma originário** da VR (seguimento de Cristo e serviço aos irmãos) é mais alta que todas as suas expressões históricas (obras, comunidades clássicas) e mais forte que as próprias autoridades constituídas — os Superiores.

2. A “autoridade” da **missão**, entendida como sendo os apelos da história (para nós hoje, o “clamor dos pobres”) está exigindo a superação das antigas formas de serviço e a invenção de novas.

3. A autoridade dos **Superiores** é sentida como necessária para o **serviço da unidade** entre as diferentes Comunidades e para a coordenação das diversas tarefas e personalidades.

4. A autoridade da **Comunidade** sobre si mesma encontra hoje sua expressão, ao interno das Comunidades de Inserção, na idéia de **autogoverno**, que não elimina (mas redefine) a figura de uma direção nem interna (coordenador) e nem externa (superiores).

OPÇÃO PELOS POBRES E CULTURA SECULAR

IMPLICAÇÕES DO MOMENTO ECLESIAL

Marcello de Carvalho Azevedo S.J.

Há quem pense ainda que a **secularização** não é e nem será problema para a **evangelização** na América Latina, sobretudo no Brasil. Razões: a religiosidade profunda de nossos povos; o catolicismo tradicional, oriundo do processo colonial e que, desde então, se consolidou; a aproximação recente e progressiva da Igreja às camadas populares e marginalizadas, maioria imensa da população. Infere-se então ter-se tornado a fé cristã conatural aos povos dessa América e até mesmo elemento central de sua cultura. Bem fundada, é certo, tal posição não pode ser, contudo, absolutizada.

Fé e Cultura

Ela subestima, por primeiro, o peso cultural e tão vivo ainda das inspirações religiosas antigas que não são cristãs. Falo das tradições tribais dos índios de tantas regiões.

Contam muito, por exemplo, no Equador, na Bolívia e no Paraguai. Penso também nas concepções religiosas das civilizações pré-colombianas: a dos Olmecas, no golfo, e a dos Maias, nas montanhas, na planície e, por fim, na península; a dos Zapotecas, de Oaxaca e a dos Astecas, no planalto... para só mencionar alguns entre os muitos grupos cujas pegadas aí estão nos mais de onze mil pontos arqueológicos da Mesoamérica, como, não menos, nas cicatrizes Incas do Perú. Penso ainda nas inspirações religiosas de origem africana, transmitidas por centenas de milhares de homens e mulheres. Eles desembarcaram sobretudo no Brasil e no Caribe, para serem decisivos no ciclo da cana e no do ouro, como no todo da gestação de nossa cultura. Como minimizar o alcance destas tradições? Estão aí presentes, camada latente, talvez, não raro, inconsciente, do que é religioso em boa parte de nossas populações.

Transcrito da Revista SÍNTESE, Política, Econômica, Social, Nova Série, IX, nº 26 (Dez. 1982) pp.

lo menos até o momento, à secularização que, no seu caso, proviria da fragmentação de uma legitimação não religiosa, mas mítica: a superioridade do ser japonês. A estrutura social do Japão, baseada em sentidos, valores e padrões de sua própria cultura anterior ao advento do capitalismo, tão firmemente retida pelo povo quanto respeitada e promovida pelo poder intelectual, econômico e político, faz desse país um exemplo inequívoco de como a secularização pode afetar níveis distintos da cultura e da sociedade, sem abarcá-los todos, necessariamente. Por outro lado, aqui, como no caso dos países muçulmanos, fica bem clara a compatibilidade, pelo menos por períodos relativamente longos, de uma tecnologia de ponta com a inspiração tradicional e não secularizada de uma cultura pré-moderna. Aspectos análogos, aliás, desta convivência, podem ser apontados na Inglaterra, pátria mesma do capitalismo industrial e responsável por tantos elementos significativos da modernidade, em seus traços políticos e econômicos sobretudo.

Quanto mais frágil, porém, a base da legitimação cultural de fundo religioso ou mítico, tanto mais profunda a incidência das variáveis específicas da modernidade, entre as quais a secularização, a racionalização, a tecnologia auto-propulsora e inovadora, o pluralismo e suas seqüelas de transformações rápidas e conflitantes, no plano econômico, político e social e, não menos, religioso.

No Brasil, o impacto da tecnologia moderna sobre a vida das pessoas passa pelas estradas do chamado desenvolvimento, pela onnipresença da dimensão econômica, dominante e determinante, pelas condições desumanas de vida, no campo e nas periferias metropolitanas. A racionalização se afirma nas exigências burocráticas da vida civil, na massificação e especulação no sistema de propriedade e na alteração dos sistemas produtivos, para não falar das pressões e dos balizamentos ideológicos do horizonte político. Por todos estes canais corre a secularização. Mas ela passa especialmente pela educação, precária quase sempre e insuficiente em toda a parte, mas estruturalmente baseada, como toda educação em nosso mundo, sobre os postulados do método científico. A secularização se faz intensa ainda pela informação sobre quase tudo. A produção de assimilação fácil — reforçada pela qualidade técnica da difusão — de significações e valores de uma cultura e de uma sociedade que não são as das camadas populares e majoritárias da população, as atrai, contudo, e as leva, não menos, a conflitos profundos. É flagrante o contraste entre suas crenças simples e o peso não raro demolidor daquilo que elas vêem, escutam e recebem no quotidiano dos meios de comunicação.

Desprovidos de forte legitimação cultural de ordem mítica, como o Japão ou a Inglaterra, encontramos também, — em nosso variegado sincretismo religioso, tão presente e abrangente, — longe do lastro sólido

do e coerente da legitimação religiosa, que marca o mundo muçulmano, por exemplo, ou a Índia e Sri Lanka, nas vertentes milenares de seu arraigado universo religioso. Segue-se logo, em nosso contexto, a fragmentação acelerada da hegemonia religiosa que as gentes simples cultivavam indefesas e sobre a qual se apoiavam para dar inteligibilidade à sua vida. Precisamente aqui manifesta-se a força penetrante da secularização. Ela não apaga de vez a consciência religiosa do povo. Menos ainda, extingue nele a necessidade imperiosa de exprimir e de sentir o sagrado tradicional que lhe está enraizado na alma. Mas ela reduz gradualmente o alcance desta dimensão sobre o conjunto da vida das pessoas e, pouco a pouco, da sociedade como um todo, antes mesmo que elas tenham tido a possibilidade de aprofundar, pela experiência e por um conhecimento reflexo, os sentidos e os valores cristãos, em vista de uma integração existencial de suas vidas, no âmbito pluralista e conflitivo do mundo moderno.

Funcionalização e Indiferença

Uma das primeiras manifestações deste processo de enfraquecimento da consciência religiosa do povo é o que se pode chamar de “**funcionalização**” da vida. A dimensão religiosa perde a sua centralidade. Torna-se um dos departamentos da existência. Este tem exigências precisas no tempo e no espaço, mas não será, por certo, tão presente quanto se imagina quando se diz que a secularização não afetará a América Latina.

Uma outra versão do mesmo fenômeno se faz clara à medida que a educação avança e a instrução formal ou informal substitui os vazios da ignorância ou desafia o conteúdo menos racional das convicções de outrora. A **indiferença** religiosa é uma das mais difundidas conseqüências deste processo. Ela traz consigo, em substituição da religião, a adoção de atitudes quase religiosas em relação à ciência, à política, à arte, à técnica, ao esporte e a outras formas da atividade humana. Ninguém ignora este tipo de indiferença religiosa, vivida na prática e bem presente hoje nos meios operários assalariados, como na classe média de profissionais e funcionários ou na minoria que atingiu um nível universitário de instrução. Contrariamente ao que se passa na América do Norte (Canadá e Estados Unidos) e em certos países da Europa, a base cristã desta população economicamente emergente entre nós é reconhecidamente tão fraca e superficial que não se pode esperar uma retomada da perspectiva cristã a não ser por um esforço sólido e difícil de uma nova evangelização. Não se deve esquecer que são precisamente estes os agentes que se foram tornando responsáveis pela produção e difusão das significações e dos valores secularizados ou mesmo secularistas que tocam a consciência religiosa profunda, mas pouco esclarecida, das camadas mais pobres de que já falamos.

Fragilidade institucional

Há um terceiro aspecto importante, mas talvez menos refletido neste

contexto, em relação a América Latina. Penso primeiramente na extrema **fragilidade de nossas instituições**, em geral, sejam elas políticas, sociais, jurídicas, econômicas ou religiosas. A instabilidade e a insegurança permanente que daí decorrem tornam-se base adversa à enculturação (socialização) de nossas crianças e à educação integral de nosso povo. Desde muito cedo em nossas vidas, s o m o s confrontados quase sempre com a superficialidade, o arbítrio, a irresponsabilidade na vida pública, o desenraizamento cultural, a corrupção voraz, a violência institucional. Sob alguns destes aspectos, o Brasil oferece hoje um quadro lamentável e alarmante. Tudo isto torna extremamente difícil o processo de crescimento e amadurecimento da consciência humana, cívica e religiosa, de um povo.

De outro lado, é bom lembrar que muitas destas instituições precárias na América Latina, como as instituições políticas dos dois últimos séculos, por exemplo, se plasmaram sob a influência das correntes liberais e positivistas do século XIX europeu. Isto deu lugar a um tipo de instituições que, rejeitando liminarmente a influência clerical da Igreja oficial, acabaram por recusar também a inspiração cristã da vida, sem ter feito uma distinção entre as duas. Neste sentido, há em muitos países da América Latina, um fundo secularista institucional na formação da identidade nacional. Este fenômeno não ocorreu assim nos Estados Unidos, por exemplo, e foi, por certo, menos traumático em alguns dos países norte e centro-europeus, em

que pese a luta diuturna em vários deles, por desvencilhar-se da tutela multi-secular do poder clerical e institucionalizar a separação formal de Igreja e Estado. Entretanto, antes como depois das independências, a história de Igreja e Estado em nossos países está pontilhada de serviços prestados de parte a parte, preluje de privilégios e favores recíprocos, vincada pela mútua utilização de forças e de outorgas em função dos respectivos objetivos. Esta ambivalência que se faz, por vezes, ambigüidade, é uma componente também de nossa fragilidade institucional. Com frequência a Igreja tomava posições frontais contra o Estado. Ela o fazia como força dissidente, sim, mas a partir de uma posição de poder inequivocamente reconhecida pelo mesmo Estado e pela sociedade.

A debilidade inerente à índole de nossa formação institucional se faz sentir igualmente na constituição de governos arbitrários, não representativos e muito repressivos. Curiosamente, eles se louvam quase sempre numa pretendida tradição cristã e ocidental que é, no entanto, muito pouco evangélica. Não só, ela é totalmente desprovida de uma r e t a compreensão do que é a inspiração religiosa e de uma vivência coerente dos valores e sentidos que a ela se filiam, sobretudo em relação à centralidade do HOMEM, na perspectiva cristã da pessoa e da sociedade. Essa mal fundada tradição dita cristã foi e é manipulada por estes Estados, em contradição flagrante com seu modo de proceder, sob a forma de um apelo, de resto sem

grande efeito, à consciência religiosa vagamente cristã da população.

Dependência econômico-política

Finalmente, não se deve esquecer o caráter **dependente** de nossa vida econômica e de toda a concepção de nosso desenvolvimento. Esta dependência em relação ao conjunto da economia mundial, desenhou-se muito cedo no perfil de nossa colonização, particularmente por meio da inserção das colônias ibéricas no sistema incipiente do capitalismo europeu, desde o século XVI. Ela se traduziu pela estrutura agrícola das grandes plantações e pela produção das minas de ouro e de prata. Agricultura e exploração mineral nos encaixaram, desde o início, e nos perpetuaram depois, através dos vários ciclos até agora, no quadro da divisão mundial do trabalho mercantilista e capitalista. Esta economia exógena e sem retorno nos aciou muito cedo e nos empurrou para onde estamos ainda hoje: a periferia do mundo. Daí a impossibilidade ou, pelo menos, a dificuldade crônica de participarmos, em condições de igualdade e de liberdade, da vida econômica internacional.

De outra parte, esta dependência econômica, aprofundada logo e agravada sempre pela dependência política, nos conduziu à implantação de modelos sócio-econômicos que se apoiam primordialmente na aliança seletiva entre o capital de Estado, o capital da oligarquia nacional e o capital transnacional. Estes modelos trazem consigo, por um lado, a concentração do poder e da

riqueza em poucas mãos e a marginalização programática da imensa maioria do povo. De outro lado, e pelo fato mesmo, estes modelos criam um fundo de injustiça estrutural, ensejada e reforçada pela fragilidade institucional de que falamos. Injustiça e fragilidade se tornam realimentadoras da continuidade dos mesmos modelos.

Tudo isto se agrava, mais ainda, pela ausência generalizada de **participação** política, séria, efetiva e livre; pela manipulação da vida pública e pela repressão, redução ou supressão de toda oposição real e significativa. Este fenômeno se registra tanto nos países dominados por regimes autoritários de extração neo-capitalista, quanto nos países conduzidos mais recentemente e em decorrência de revoluções de cunho inicialmente popular à adoção de modelos de inspiração socialista. A **s i m p l e s** passagem voluntarista e mesmo revolucionária do paradigma capitalista ao socialista e/ou comunista, não neutraliza nem elimina o substrato cultural historicamente sedimentado a que acima aludimos. Ele continua permeando fenômenos relativamente recentes de alguns países na América Latina, condicionando sempre a implantação de novas orientações e novos modelos. Isto leva os condutores da transformação e ruptura, desejadas e concretizadas por **m u i t o s**, mas logo apropriadas por poucos, a medidas outro tanto arbitrárias e repressivas em relação ao povo, reforçadas pelo esvaziamento violento da participação política contestatária e do silêncio imposto a qualquer forma de

opinião pública dissidente. Quanto à dependência econômica e política no plano internacional, há uma troca de sinais e a adesão impotente a novas lealdades. Passa-se, como povo, de uma opressão a outra, agravada, inclusive, pela provocação e orquestração das resistências, a partir dos donos das áreas de influência no tabuleiro do mundo.

A resultante de tão complexo estado de cousas é uma forte **polarização ideológica** que pervade todas as áreas de ação e de reflexão. Ela se tornou um desafio a todo projeto de maturação civil e de evangelização cristã. É evidente que não haverá verdadeira evangelização na América Latina que não passe necessariamente pela transformação profunda das estruturas sociais e por uma reformulação pela raiz das instituições públicas. Elas são alheias a uma concepção verdadeiramente cristã da ordem social, econômica e política, que deve ser fulcrada sempre sobre o primado do HOMEM, como dissemos. Neste sentido, pode-se compreender a articulação imperiosa da **educação da fé com a promoção de uma sociedade** justa ou, por oposição, o divórcio profundo entre a injustiça real dos sistemas e modelos e a sua permeabilidade pelos princípios e postulados da fé cristã.

Humanização e Evangelização.

No esforço de buscar esta articulação, não é sempre fácil encontrar a integração dos conteúdos e a reta dosagem dos acentos. É por aí que se pode entrever o risco de uma secularização gradual da própria pers-

pectiva teológica. Uma das riquezas da inspiração teológica latino-americana é o processo metodológico que faz da análise da realidade o ponto de partida da reflexão. A percepção e a experiência vivida da injustiça estrutural desta realidade se tornou um dado teológico fundamental. É compreensível que a urgência incontornável dessa transformação, tão central para realização humana e cristã do homem, possa levar eventualmente o pensamento teológico e a expressão pastoral a uma dimensão sócio-política com ênfase prioritária ou até mesmo exclusiva. Esta dimensão não é nova. Ela esteve bem presente em outras fases da vida da Igreja, como ao longo da epopéia da defesa do índio, para citar apenas uma, que atravessa boa parte da evangelização nos primeiros três séculos de história colonial. A Igreja foi aí claramente dissidente em relação ao poder estabelecido ou a outras formas emergentes de poder. Se ela questionava este como outros itens sócio-políticos do processo, ela não estava, contudo, dissociada do processo como um todo, mas era ela mesma uma instância de poder e nem sempre só espiritual ou moral. Caberia a pergunta se teria havido então condições sócio-histórico-culturais para uma outra fórmula. Qualquer que seja a resposta teórica a esta questão, um dado importante merece hoje atenção: tendo sofrido muito embora pelas denúncias concretas que fazia das aberrações sociais em várias épocas e circunstâncias, a Igreja poucas vezes se posicionou de modo tão global como o faz agora em relação à configuração estrutu-

ral de uma sociedade cujo modelo como um todo ela questiona. Esta postura e orientação que ora distancia a Igreja dos compromissos com o poder dominante em países concretos, não deveria esgotar, de modo unilateral e exclusivo, a preocupação e as energias dos processos contemporâneos de evangelização. De fato, a humanização do homem numa sociedade que não reconhece sua dignidade e o oprime sob o peso inexorável de seus modelos e de suas instituições injustas torna-se uma urgência indiscutível do projeto evangelizador.

Mas esta **humanização do Homem** é também indissociável da abertura concomitante deste homem e desta sociedade que se quer justa e mais humana às riquezas e à originalidade da fé, tal como ela nos foi dada em e por Jesus Cristo. Ele nos anunciou uma mensagem cujo cerne é a realização plena do que é humano no homem e na humanidade. Mas ele nos revelou também um Deus próximo e que, no entanto, nos transcende e é Senhor. Este Deus jamais será atingido por nossas forças e intuições, ainda que lográssemos, por nossa própria ação decisiva sobre a História, o mais alto nível imanente de nossa realização humana, pessoal e comunitária, e a mais perfeita justiça estrutural de nossas sociedades. É aí, precisamente, que se encontra a novidade paradoxal da mensagem cristã. Por aquilo que é, ela respeita a autonomia secular da empresa humana e faz da plena humanização do homem um objeto central e indissociável de seu projeto de evangelização. Igualmente, porém, e sem qualquer

dualismo ou dicotomia, ela deve anunciar ao homem secular contemporâneo que o conjunto imanente de sua vida individual e de sua organização social — fundamental que é na perspectiva de evangelização — não exaure o destino e as possibilidades humanas e deve, portanto, ser transcendido. A não fazê-lo, todo o processo histórico frustra o homem no mais profundo de sua esperança. A longo prazo, cessada a ilusão da saturação imanente que sacia, tal processo reverte contra o próprio homem. Este é o alto preço que tem sido pago por indivíduos e sociedades inteiras que limitaram seus horizontes a uma rígida demarcação secularista e imanente de seus projetos, sejam eles, em nosso mundo, de inspiração capitalista, socialista ou comunista.

A fé cristã não é chamada a tornar sagrada e teocrática a vida e a sociedade dos homens. Mas ela não se pode entender a si mesma, sobretudo ao nível atual de sua própria consciência e compreensão, sem um **empenho radical pela construção humana de uma sociedade justa**. Ela é certamente responsável por anunciar à sociedade dos homens o sentido profundo deste esforço secular de construção pessoal e social. Ela o faz precisamente tornando o homem consciente da necessidade de articular a realidade intensa do que vive com o esforço e a esperança de sempre o transcender. A mensagem cristã é, pois, afirmação integrada do imanente e do transcendente, vividos ambos na tensão do reconhecimento e do respeito de suas naturezas próprias e de suas fronteiras respectivas, de um lado, e, de outro,

da necessária e inevitável **interação** real entre eles. Esta interação se realiza no homem como pessoa individual e no todo da sociedade humana. Ambos se tornaram o entroncamento e a arena privilegiada deste confronto. Esta interação é significada pela realidade mesma de Jesus Cristo. Ela está no próprio cerne de sua mensagem, que nem é a resignação paciente e fatalista à opressão da realidade, nem é a fuga fácil e alienante desta mesma realidade. É por isso que a mensagem cristã é profundamente humana e realista, tanto na consciência que dá ao Homem de sua própria **grandeza**, quanto na certeza que não lhe oculta de seu próprio **limite**. Nesta tensão paradoxal e dialética, constrói-se a História na perspectiva cristã. A percepção exclusiva ou só da grandeza ou só do limite do Homem o afasta da verdade de si mesmo e sobretudo o fecha ao dom de Deus que lhe é feito em Jesus Cristo. A compreensão integrada da grandeza e do limite do Homem à luz da fé cristã nos dá o segredo da atração desta mensagem sobre aqueles que a captaram e procuram vivê-la e entendê-la a fundo, mas sobretudo traduzí-la em todo o seu alcance, no plano individual da pessoa, como no social do grupo, da sociedade, da nação e da ordem internacional.

OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES

Ao fazer em Puebla a opção preferencial pelos pobres, estes que são a esmagadora maioria de nossas populações, a Igreja na América Latina deu um passo de extraordinária

significação. Ela se dispôs a mudar seu **lugar social** em relação a séculos do seu passado. Ela se deu um novo ponto de partida em seu processo evangelizador. À luz de tudo o que acima dissemos, vale a pena aprofundar o alcance desta opção, em função da cultura e da sociedade secular.

A opção de Puebla não quer ser uma idealização dos pobres e de sua pobreza, instrumentalizados que fossem a serviço de uma eventual hermenêutica eclesiológica que tenta redimir-se do diuturno compromisso com a riqueza. Uma tal perspectiva se apoiaria na hipótese ingênua de que os pobres são como que uma faixa estática, ao abrigo de influências deletérias, imunes contra o mal circundante, sem qualquer aspiração à mobilidade social e satisfeitos de sua condição de pobres, situação a ser por eles preservada e até mesmo cultivada, em nome das preferências evangélicas. Uma tal posição, que dificilmente encontramos assim em estado puro, mas cujos elementos esparsos assomam aqui e ali, intermitente ou episodicamente, seria apenas uma versão nova da alienação antiga denunciada por Marx. Esta perspectiva algo romântica ou resignada da pobreza carece, é claro, de realismo e não é nem pode ser esposada pela Igreja ou pelos pobres concretos que aí estão. A esvaziá-la basta uma conversa simples e não dirigida com pobres de carne e osso em quaisquer latitudes.

Tampouco essa opção foi tomada na ilusão de poder restabelecer a partir dos pobres a hegemonia da legitimação religiosa pré-moderna e

tentar criar com eles uma espécie de gueto, uma trincheira de defesa contra as influências pluralistas da cultura secular. Este enfoque, que necessariamente desemboca numa síndrome de seita ou fanatismo, não tem igualmente qualquer base objetiva. Está fadado ao efêmero de toda esquizofrenia espiritual e ao aniquilamento progressivo da capacidade de crítica e discernimento, sem os quais não é possível viver no mundo de hoje.

Convém sublinhar todavia que, se não cabe generalizar e estender sem mais aos pobres todos o amor da pobreza, tampouco podemos ignorar o apreço evangélico do valor de ser pobre. Homens e mulheres nascidos pobres o descobriram em sua realidade de pobres. Menos ainda se deve esquecer, hoje e sempre na Igreja e no mundo, a opção livre de tantos por se fazerem efetivamente pobres com os pobres. Estas duas facetas do amor da pobreza convivem praticamente com a Igreja desde sempre, ao nível dos indivíduos como do de grupos e comunidades dentro dela.

Mas a opção preferencial pelos pobres feita agora oficialmente pela Igreja, no apogeu da cultura secular, tem alguns traços que vale a pena focalizar.

Opção e auto-evangelização

O primeiro é a disposição em que se coloca o corpo eclesial como um todo de deixar-se evangelizar ele mesmo pelo que de evangélico existe nestes que o próprio Cristo escolheu de preferência. Esta atitude progra-

mática coloca a Igreja, como corpo institucional, no caminho de volta à inspiração de seus primórdios. A originalidade da Igreja de Jesus Cristo está em que seu modelo primigênio de inspiração evangélica se distancia do paradigma religioso preponderante nas civilizações pré-existentes e do da própria tradição judaica da qual emerge. Os apóstolos e discípulos de Jesus Cristo não constituem uma casta à parte e nem são credenciados ao sacerdócio em função de seu nascimento ou título. Tomados dentre os homens para o serviço dos homens, eles saem do povo para o povo, como o próprio Cristo. Não os reveste a ascendência do poder, componente que sempre indissociável do sacerdócio nas civilizações arcaicas. As circunstâncias históricas levaram a Igreja a deixar-se cooptar por esse paradigma e a perder ou eclipsar muito de sua extraordinária novidade. A opção preferencial pelos pobres poderia reintroduzir a Igreja na sua perspectiva de origem, lastreada sobretudo pela fé, de viver sem o poder dos homens e de ser, portanto, fundamentalmente livre para ajudá-los a acolher o poder de Deus e a atender aos reclamos do Homem. Estar junto dos pobres é viver a História pelo seu reverso, aquele lado que não se escreve. É sentir existencialmente o peso da carência, da injustiça, da impotência, da insegurança, da incerteza. Tudo isto exige um novo aprendizado. É uma pedagogia que não conhecem os que não experimentaram de perto este outro lado da humanidade, os que o ignoram ou tentam esquecê-lo. É uma peda-

gogia que a Igreja conheceu em sua história, aberta que sempre esteve ao amparo dos pobres. Hoje, porém, ela se decide, por sua própria opção, a querer viver ao lado deles, a olhar como eles a realidade dos homens e das coisas, sem os contrapesos do poder. Isto não é fácil e ninguém senão Deus pode garantir à Igreja a fidelidade a esta opção, pois ela traz consigo também uma revisão profunda das relações internas à própria Igreja. A opção pelos pobres não exime os homens de Igreja da tentação do poder dentro desta mesma Igreja. Sempre que eles agem em base às confrontações e dialéticas do poder interno ao corpo eclesial, emerge claro o lado frágil da instituição Igreja. Os homens a limitam em sua liberdade evangélica. Ela perde a sua credibilidade pelos seus próprios homens que a desfiguram. Só Deus então sustenta na fé os que crêem, apesar de tudo, nesta Igreja que revive sempre através das crises, daquelas sobretudo que a afetam por dentro e a partir dos seus.

Opção e ecologia humana

Há uma **segunda** faceta igualmente importante. A Igreja faz esta opção num momento em que a cultura secular, fulcrada na racionalidade, na acuidade da ciência, no clímax tecnológico, na euforia falaz da autonomia do homem, surpreende este mesmo homem com a constatação irretorquível de seu próprio limite e descontrole, de sua impotência diante de si mesmo. A sensibilidade ecológica, que se vai traduzindo hoje em todos os quadrantes do

mundo, tenta restabelecer no homem a atenção à natureza que ele violou e destruiu. Recordá-lhe o respeito por ela, sem o qual se põe em risco a sobrevivência mesma da humanidade. A opção eclesial pelos pobres leva muito adiante e aprofunda esta dinâmica. É uma ecologia mais abrangente e radical. Ela desperta a parcela minoritária e privilegiada da humanidade para a crise vital de quase dois terços da massa humana no planeta. Se não se lhes torna viável a vida, é o todo da ecologia humana que se abeira da falência. Não que a Igreja, o poder político e econômico ou as faixas mais aquinhoadas do mundo ignorem a existência dos pobres ou não lhes tenham até hoje estendido a mão benevolente e filantrópica. Isto foi feito. Continuará a sê-lo através dos tempos. Mas isto não basta nem atinge o cerne do problema. O elemento novo — e que se pode tornar a grande contribuição da Igreja a si mesma e ao mundo atual — é a intuição, de resto bem fundada na racionalidade mesma da cultura secular, de que a pobreza na realidade contemporânea não é só um problema social. Ela se fez componente estrutural em macro-escala deste mundo assim como está organizado. O clamoroso é que esta disfunção se produz em todos os níveis e os pervade a todos: riqueza e pobreza irredutíveis de indivíduos e famílias, de regiões e de nações, de blocos inteiros de países, no quadro internacional. O mesmo mundo que se pretende avançado na cultura secular é o que agrava o absurdo deste dualismo estrutural de ricos e pobres, ao nível das pessoas e das socieda-

des, e com ele convive, sem querer nem conseguir alterá-lo. A opção da Igreja pelos pobres faz tomar corpo na prática a denúncia teórica e quase sempre estéril de um tal paroxismo. Se conseqüentes consigo mesmas, as pessoas que querem traduzir na vida o alcance da mensagem cristã levarão consigo muitos à transformação deste estado de coisas. A construção de uma sociedade justa é, antes de tudo, um postulado radicalmente humano, vocalizado hoje existencialmente pela Igreja. Seu processo evangelizador passa necessariamente pela humanização do homem e do mundo, como frisamos.

Opção e agentes de transformação.

Existe uma terceira dimensão da opção pelos pobres. Abrindo-se para eles, deixando-se educar por eles, percebendo a partir deles a injustiça estrutural do mundo contemporâneo, a Igreja não compreende nem pretende **sem eles** a transformação deste mesmo mundo. Marginalizados e postergados no quadro atual da organização da sociedade, beneficiários eventualmente das migalhas de um paternalismo benévolo que faz a esmola do supérfluo, a Igreja urge que os pobres se façam também **atores no processo da mudança**. Ela insiste em que partam também deles e sobretudo da perspectiva concreta que lhes dá a vida as inspirações de fundo para as mudanças necessárias. A parcela diminuta que não vive o mesmo drama da existência não tem todos os elementos para estabelecer os parâmetros abrangentes da mu-

dança imperativa. Os países do Terceiro e Quarto Mundo, quando confrontados à mesma mesa com os "Desenvolvidos", nos foros internacionais, insistem sempre em que se aceitem ou se levem em conta seus enfoques e postulados como condição realista e indispensável da criação de uma nova ordem internacional, econômica, política e social. Pleitear este ponto de partida tem sido a plataforma liminar dos países pobres no diálogo Norte-Sul, nas reuniões do Fundo Monetário Internacional e em outras muitas instâncias. Nós o sentimos como algo de crucial para nós neste hemisfério. Experimentamos, no entanto, sempre mais a frustração por vê-lo precário e incerto, ignorado na prática sob a força inarredável dos poderosos da calota norte.

Na opção da Igreja pelos pobres está de algum modo implícita a réplica deste embate internacional, redimensionada também para o nível interno da estrutura nacional, regional, local e até mesmo familiar e pessoal, em nossas sociedades, onde se perdem tantas vidas ainda em vida, no aberrante quadro social em que vegetam. Esta posição representa na Igreja, como corpo institucional, uma coragem lúcida de auto-crítica em relação a muito de suas políticas e estratégias do passado. Esta atitude implica uma reversão de expectativas, uma renúncia a tudo fazer de cima para baixo; um estender mais amplo do horizonte de participação e de corresponsabilidade, também dentro da própria Igreja; um confiar nas pessoas e crescer com elas ao seu próprio ritmo; um

caminhar com estas pessoas como povo, sem desviá-lo nem desvirtuá-lo. Não há dúvida de que a Igreja se comprometeu sempre a fundo com os povos que ela quis evangelizar e acabou por ser parte deles. Mas é igualmente histórico que ela o fez, sobretudo nos tempos modernos, na dinâmica dos processos civilizatórios. Os povos dominados pelo Rei na conquista temporal tinham escassa ou nenhuma iniciativa em sua própria evangelização para o Reino de Deus. É recente a dimensão de **participação** e de respeito à identidade criativa dos povos, como inspiradora do processo evangelizador.

Opção e vitalidade eclesial

Neste sentido, — e esta é uma **quarta** aproximação — a Igreja hoje, apesar de seus problemas e contradições, se revela jovem, vital, prospectiva. Ela foge à lei institucional quase inexorável da autoconservação imobilista e conformista. Ela escapa à tirania do medo e ao pavor dos riscos. Num mundo em transformação acelerada e irreversível sob muitos aspectos, a Igreja dá aqui um passo de grande descortínio que se antecipa no tempo e se avanta na têmpera aos esforços tímidos e não raro inconseqüentes de tantas outras instâncias. Só que a Igreja quer fazê-lo agora não apenas como uma voz dissidente dentro de um sistema de poder do qual fosse ela parte eventualmente. Isto ocorreu muitas vezes em sua história e ela arcou denodada com as conseqüências de seu desacordo. Ela pretende fazê-lo hoje **fora da plataforma de poder**, consciente de

estar exposta à rejeição global ou à repressão dos poderosos. Mas sua força está no vigor interno e irresistível de sua própria causa. Ela quer restabelecer a dignidade do homem, de todos os homens, restaurando assim a intuição fundamental da mensagem cristã. Ela quer alertar o mundo das conquistas científicas e tecnológicas para a extrema e comprovada precariedade de tudo isto se não for o homem seu beneficiário central e prioritário. Quer mostrar ao mundo das gigantescas transações econômicas que a economia se tiraniza a si mesma e aos seus fautores quando defrauda o homem e não se coloca ao seu serviço. Ao tentar tudo isto, sem mancomunar-se com o poder, mas livre em relação a ele, ao esperar contra toda esperança, a Igreja de novo se distancia da concepção religiosa das civilizações arcaicas. Estas, não raro, condicionaram ou limitaram o homem, quando não o manipularam ou subjugaram.

Reencontra assim a Igreja sua própria identidade no corpo original da mensagem cristã: ser no mundo presença constante e renovada do dom que Deus nos fez em Jesus Cristo para a salvação radical do Homem todo. Sem o Homem, não tem sentido esta saga redentora do Deus cristão que se define como Amor. A Igreja tematiza, pois, na opção de **olhar o mundo a partir da realidade dos pobres**, uma nova versão de sua própria vocação de sempre: a de ser fermento, a de ser sal da terra, a de ser portadora de luz e instrumento de paz. Pelo fato mesmo, e alicerçada na realidade

dos homens e das cousas, que não pode ser negada, ela se distancia dos sistemas que hoje polarizam o mundo na vã pretensão de responder aos anseios do Homem. Esta distância não é abstração alienante. Não é neutralidade pusilânime. É, pelo contrário, coragem afirmativa de ser crítica de ambos e de apontar-lhes o cerne mesmo de suas deficiências e incoerências. É vontade, talvez utópica no horizonte imediato, mas indefectível na escala da História, de provocar os homens a **criatividade de modelos novos**, à superação dos estrangulamentos estruturais dos que aí estão. É convicção, arraigada em sua sólida confiança no Homem, quando ele se abre a Deus e aos seus irmãos, e radicada em sua própria vivência eclesial ao longo dos tempos, de que os atuais sistemas que regem a humanidade não se podem arvorar em epílogos da História. Há no Homem capacidade inexgotável de descobrir outros caminhos, de criar e viabilizar operativamente estruturas mais humanas e menos opressivas. É finalmente o ânimo de envolver neste processo o todo da humanidade: não somente a faixa tênue e privilegiada dos que dominam; não só o mar

sem praias das massas humanas rejeitadas e silenciadas; nem só as minorias conscientizadas e sempre mais em impaciente ebulição por toda a parte; nem só, no corpo da Igreja, o clero e os agentes de pastoral, mas a totalidade do povo de Deus, na multiplicidade de suas vocações e na afirmação corresponsável sobretudo de um laicato consciente.

No contexto amplo e ecumênico dos homens todos, quer a Igreja assumir esta atitude, hoje talvez mais do que nunca, com **humildade e determinação**. Humildade, porque não nutre quaisquer ilusões sobre as contradições e rugas que sulcam a face humana do seu passado como vinculam o perfil complexo do seu presente. Determinação, porque, na esteira de Deus, ela crê antes de tudo no valor do Homem e conta com a certeza da ação de Deus sobre os homens. Humildade e determinação, à uma, porque ela assume, a partir dos homens que são ela mesma, na consciência integrada e realista de seus valores e de seus limites, a empresa marcadamente humana e não menos divina, de realizar na **Justiça**, a **Verdade do Amor**. Haverá na vida algum sentido fora deste projeto?

Dois pensamentos

1. Inspirados pelo Evangelho, queremos um mundo em que não haja o amor do poder produzindo e mantendo separações que levam à morte, mas o poder do amor que rompe aquilo que divide e reúne a todos num só espírito. 2. Neste momento histórico, a organização do povo se impõe como vocação e dever cristão para concretizar, no dia-a-dia, uma caminhada nova mais humana (**Convergência: MENSAGEM**, página 14).

ÍNDICE ALFABÉTICO

CONVERGÊNCIA, ANO DE 1982

Este índice foi feito seguindo este critério: AUTOR. E abrange apenas o ano de 1982. O primeiro algarismo representa o número da revista. E o segundo, indica a página.

Ir. Yolanda Nascimento, MJC

Rio de Janeiro, RJ

ANDRADE, Paulo F. C. de — A esperança em meio à perseguição	155/417
ANTONIAZZI, Pe. Alberto — Educação Universitária, desafio para a Igreja	152/226
AUTRAN, Ir. Aleixo Maria, FMS — Maria, Mãe e Educadora nossa para um mundo novo	156/472
ÁVILA, Pe. Fernando Bastos de, SJ — A verdade vos libertará	155/413
AZEVEDO, Pe. Marcello de Carvalho, SJ — “Em teu nome”	156/460
— Livros novos: “Os religiosos, vocação e missão. Um enfoque exigente e atual	149/61
— Oração: Deus e o Homem se encontram	154/325
— Oração, discernimento e decisão	155/398
— Rezar com coração de pobre	153/259
AZZI, Prof. Riolando — Congregações Brasileiras Femininas de inspiração franciscana	154/371
— Um franciscano entre os Bispos reformadores: Dom Fr. José da Santíssima Trindade, Bispo de Mariana (1820-1835)	157/564
— Dom José Afonso de Moraes Torres, ex-Lazarista, no Bispado do Pará	151/177
BAGGIO, Fr. Hugo D., OFM — A conversão que o Senhor pede aos Religiosos neste momento histórico	152/204
— Convivendo com o conflito	157/527
BARREIRO, Pe. Álvaro, SJ — Raízes da consciência Eclesial das CEBs	158/602
BOESING, Pe. Arno, SDS — Cem anos de Sociedade do Divino Salvador	153/309

BOFF, Fr. Leonardo, OFM — Dez anos de Teologia na CRB	151/155
— São Francisco de Assis, a libertação pela bondade	149/31
BOGONI, Pe. Geraldo, MI. Franco, Ir. Regina Muniz (Providência de Gap). ALÉSSIO, Ir. Adélia Maria (Palotina) Encontro Nacional de Formadores dos Noviciados e Junioratos Intercongregacionais. Rio de Janeiro, RJ, 1981 (Informe da CRB)	149/4
BRATTI, Pe. Paulo — Perspectivas de Catequese hoje	157/537
CALIMAN, Pe. Cleto, SDB — Por uma Pastoral de Juventude do meio popular	156/501
CASTEJÓN, Pe. Agostinho, SJ — O Religioso educador e sua circunstância	155/421
CLAR. SECRETARIA GENERAL — Comunicado de la CLAR sobre la condena de los Padres Aristides Camio, Francisco Gouriou y trece "Posseiros" en Araguaia, Brasil (Informe da CRB)	156/453
CNBB. PRESIDÊNCIA E COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL — Nota sobre a condenação de Padres e posseiros do Araguaia (Informe da CRB)	156/451
CNBB/CRB — LORCHEITER, Dom Ivo e TEIXEIRA, Pe. Décio Batista, SDB — Carta ao Cardeal Silvio Oddi, Prefeito da Sagrada Congregação para o Clero (Informe da CRB)	150/67
— Reunião conjunta da Presidência da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB, 1981 (Informe da CRB)	151/131
— Reunião conjunta da Presidência da CNBB com a Diretoria Nacional da CRB, 1982 (Informe da CRB)	155/387
CNBB/REGIONAL NORTE 2 — Nota sobre a condenação dos Padres e posseiros de Belém (Informe da CRB)	156/453
COSTA, Ir. Maria do Carmo, Providência de Gap — Os Cernistas da Regional Leste II contam suas experiências (Informe da CRB) ..	149/7
CRB. PRESIDENTE NACIONAL — Nota da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) sobre a condenação dos Padres e posseiros, de Belém (Informe da CRB)	156/452
CRB — Dez anos da Equipe de Reflexão Teológica	151/151
— Encontro da Diretoria e Executivo Nacionais com os Presidentes e Secretários Executivos Regionais (Informe da CRB)	150/71
— II Seminário de estudo sobre Vida Religiosa, inserida nos meios populares (Informe da CRB)	152/195
CRB/BELÉM — Encontro de Coordenadores de Comunidades (Informe da CRB)	158/581
— Encontro de Formadores (Informe da CRB)	158/579
— Encontro do Juninter (Informe da CRB)	158/580

— Encontro de Pastoral Vocacional (Informe da CRB)	158/580
— Encontro de Pequenas Comunidades (Informe da CRB)	158/581
— Encontro do Postulinter (Informe da CRB)	158/580
— GTS (Informe da CRB)	158/579
— Retiros Intercongregacionais (Informe da CRB)	158/579
— Reuniões da Diretoria (Informe da CRB)	158/579
 CRB/BELO HORIZONTE — Campanha: Primeiro encontro de religio-	
sos(as) em 1982 (Informe da CRB)	157/522
— Caratinga: Encontro do Núcleo Diocesano (Informe da CRB)	157/522
— Diamantina: 1ª Reunião de religiosos(as) na Arquidiocese (Informe da CRB)	157/522
— Encontro de Formadores (Informe da CRB)	157/525
— Encontro de Superiores (Informe da CRB)	157/525
— I.S.I.: A nova Casa de Formação dos Jesuítas, no Brasil (Informe da CRB)	157/526
— Leopoldina: 1º Encontro de Religiosos em 1982. Tema para reflexão: "Solo Urbano" (Informe da CRB)	157/523
— Mariana: Encontro de religiosas. Tema: "O caráter da Vida Religiosa" (Informe da CRB)	157/523
— Pouso Alegre: Encontro de Religiosos (Informe da CRB) ..	157/524
— Regiões da CRB na Arquidiocese de Belo Horizonte (Informe da CRB)	157/524
— Teófilo Otoni: Reunião dos Religiosos. Tema para reflexão: "Educação, Fraternidade e Vida Religiosa" (Informe da CRB)	157/523
— Uberaba: Plano para o primeiro semestre (Informe da CRB)	157/523
— Venda Nova: 2ª Confraternização de religiosos (Informe da CRB)	157/518
 CRB/CURITIBA — Encontro Bimestral de Formadores: 25 de março	
(Informe da CRB)	157/518
— Encontro das Comunidades Religiosas inseridas nos meios populares (Informe da CRB)	157/518
— Encontro dos Coordenadores dos Núcleos Arquidiocesanos e Diocesanos e dos Setores da CRB de Curitiba (Informe da CRB)	157/519
— Encontro da Equipe de Formação com os Mestres Formadores do Pré-Novinter e Novinter: 25 de fevereiro (Informe da CRB)	157/517
— Encontro: O Religioso Educador: 23 a 25 de abril (Informe da CRB)	157/520
— Pré-Novinter (Postulado Intercongregacional) (Informe da CRB)	157/518
— Reflexão Teológica sobre promoção vocacional (Informe da CRB)	157/520
— Reunião dos Coordenadores dos Setores da CRB — Curitiba: 04 de março (Informe da CRB)	157/518
 CRB/FLORIANÓPOLIS — Curso sobre Pastoral Popular (Informe da	
CRB)	154/323

— Encontro da Diretoria, Executivo e Coordenadores Diocesanos de CRB (Informe da CRB)	154/323
— Encontro em Lages (Informe da CRB)	154/323
— Encontro de Reitores e Formadores de 1º e 2º Graus (Informe da CRB)	154/323
— 1ª Reunião da Equipe Regional de Pastoral Vocacional (Informe da CRB)	154/323
— Revisão do Projeto Igrejas-Irmãs (Informe da CRB)	154/324
— OGLIARI, Ir. Ilva Maria, SDS — XII Assembléia Regional, 1981 (Informe da CRB)	150/70
CRB/FORTALEZA — Encontro Intercongregacional de Junioristas — Relato do Curso das Noviças de Primeiro Ano (Informe da CRB)	154/324
CRB/PORTO ALEGRE. COMISSÃO TEOLÓGICA — Religiosos e promoção humana	149/51
— Encontro de Coordenadores diocesanos dos Religiosos (Informe da CRB)	155/396
CRB/RIO DE JANEIRO — Curso do Irmão Aleixo (Informe da CRB) ..	157/516
— Reunião da Diretoria com os Núcleos (Informe da CRB)	157/515
CRESTANI, Ir. Alfredo Pasqual, FMS — Uma Alternativa para os Formadores	152/214
CUSTÓDIO FILHO, Pe. Spencer, SJ — Para além do espelho	153/288
DIAS, Pe. Antônio Carlos Maria, SDB — Curso: Tensão Igreja/Mundo no contexto dos tempos modernos (Informe da CRB)	158/582
DRAVET, Pe. Jean, SJ — Os Jovens e os Institutos	153/279
FASSINI, Pe. Ático, MS — Magnificat: Hino de Libertação dos pobres de Javé	154/338
— Maria na Pastoral Latino-Americana	153/268
GEBARA, Ir. Ivone, CSA — Educação popular, sementes de um mundo novo	154/359
GTS/NACIONAL. BHERING, Ir. Martha, FC — IV Seminário Nacional de Saúde — Mendes, RJ 1982 (Informe da CRB)	156/454
IVERN, Pe. Francisco, SJ — O Trabalho Humano. A Carta Encíclica Laborem Exercens	150/73
JOÃO PAULO II — João Paulo II aos Ministros-Gerais das Ordens Franciscanas	158/584
KIRCHNER, Pe. Luís, CSSR — Os Redentoristas: 250 anos de Fundação	158/636
LEERS, Fr. Bernardino, OFM — O papel da Vida Religiosa na educação da fé do povo	157/544
LENZ, Pe. Martinho, SJ — Levantamento do esforço missionário dos Religiosos do Brasil	150/114
— Vida Religiosa e Profissionalização	157/558

LIBÂNIO, Pe. João Batista, SJ — As rupturas da Vida Religiosa. Uma perspectiva de leitura de suas transformações	152/240
— Sugestões de Discussão para uma Reunião Conjunta entre Teólogos da CRB e o INP	151/168
— A Vida Religiosa no limiar do ano 2000 (II)	149/9
LIMA JÚNIOR, Pe. Joviano, SSS — Liturgia e educação da fé do povo de Deus	158/595
LORSCHIEDER, Cardeal Aloísio — O Bispo, Educador da fé	154/350
— Níveis de organização, alcances e formas de funcionamento da Pastoral Social	149/55
MACCISE, Fr. Camilo, OCD — A criatividade como resposta ao Senhor da História	158/610
MARCHI, Ir. Alzira, Irmãs da Imaculada Conceição — XII Encontro Nacional das Madres Gerais Brasileiras — Cachoeira do Campo, MG, 1982 (Informe da CRB)	156/456
MELO FILHO, Pe. José Belmiro de, SVD — Formação permanente ou contínua na Vida Religiosa	155/406
MOSER, Fr. Antonio, OFM — Educação Moral Libertadora	151/138
PADRES PASSIONISTAS — Congresso sobre Teologia e Espiritualidade da Cruz (Informe da CRB)	158/581
PASTOR, Pe. Félix Alexandre, SJ — A Ordem Política e Ordem Moral	153/295
PIRÔNIO, Cardeal Eduardo — Carta de Roma ao Presidente Nacional da CRB (Informe da CRB)	155/315
RAMOS, Ir. Maria de Fátima Maron, OSU — Curso: Tensão Igreja/Mundo (Informe da CRB)	149/5
SACRA CONGREGAZIONE PER IL CLERO. SILVIO CARD. ODDI, PREF. Resposta à carta do Pe. Décio Batista Teixeira, Presidente Nacional da CRB (Informe da CRB)	150/68
SANTOS, Ir. Maria José dos, FMA — Um sinal de esperança para todos os tempos	149/26
SECRETARIA DE ESTADO DO VATICANO — E. MARTINEZ, SUBST. — Carta ao Pe. Décio Batista Teixeira, SDB (Informe da CRB)	150/67
TABORDA, Pe. Francisco, SJ — Educação e Fraternidade	150/91
TEIXEIRA, Pe. Décio Batista, SDB — Senhores Teólogos	151/152
TEIXEIRA, Madre Eugênia, OSB — Pro-Foco: Programa para Formadoras Contemplativas (Informe da CRB)	155/391
VENDRAME, Pe. Calisto, MI — Inculturação	158/625
WILDERINK, Dom Vital, O. Carm. — Santa Teresa D'Ávila uma renovadora da Vida Religiosa	156/485

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB)
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar / 20031 Rio de Janeiro, RJ

Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1 de janeiro de 1983

Em setembro de 1982, Você recebeu o convite para renovar a assinatura de CONVERGÊNCIA para o ano de 1983. Sua resposta foi imediata e completa: SIM, acompanhado do valor correspondente. Muito obrigado, de coração. Deus lhe pague como só Ele sabe e pode fazê-lo.

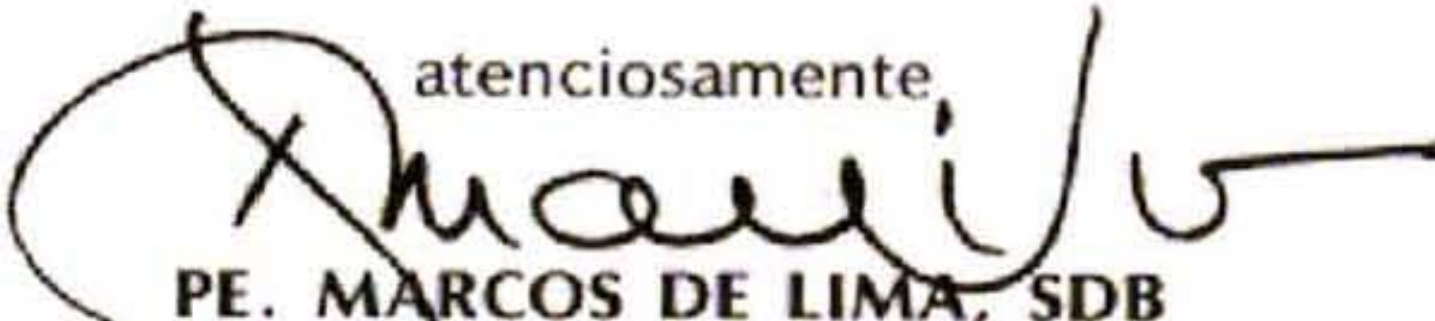
Descobri, neste seu ágil atendimento, o apreço e a aprovação a quanto veicula a nossa revista. Você sabe que a CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB) tem por finalidades institucionais a **animação** e a **promoção** da Vida Religiosa e a **coordenação** de todas as atividades que objetivam estes fins. E a VIDA RELIGIOSA é, essencialmente, uma experiência de Deus, em comunidade, através de uma ação e uma presença apostólica.

Pois bem, CONVERGÊNCIA contém, sem o rigor de um tratado mas com o vigor de um testemunho, idéias e convicções capazes de animar programas concretos desta Vida Religiosa, assim entendida, e de garantir sua UNIDADE substancial em meio à incomparável riqueza da MULTIPLICIDADE de suas formas existenciais históricas.

Em cada mês, a leitura de CONVERGÊNCIA vai lhe habilitando à percepção dos limites do possível, dando-lhe, simultaneamente, força e coragem para ultrapassá-lo, dilatando seus limites. Em cada mês, CONVERGÊNCIA facilita a apreensão da angústia do necessário e de seus problemas, como ainda uma razoável intuição das soluções. Mensalmente, vai se criando e se fixando, de forma imperceptível, esta atitude: olhos fixos no futuro, pois dele emana a esperança, sem dissociá-lo do passado. O equilíbrio entre o passado e o futuro é o próprio segredo do êxito do presente, pois cada ano não é o ato inaugural da Vida Religiosa.

Como vê, preocupado em construir uma Vida Religiosa equipada com seus instrumentos básicos, fez muito bem ao responder prontamente o convite recebido. Fez bem a Você e à sua Conferência dos Religiosos do Brasil. Todo o imenso ativo que representa a ação da CRB é empenhado em vista de uma VIDA RELIGIOSA sempre mais radical, mais qualificada e mais dócil ao Espírito, a serviço do REINO, de sua unidade e de sua paz.

CONVERGÊNCIA quer sempre poder contar com Você. A recíproca é totalmente verdadeira. Ao seu inteiro dispor, desejando-lhe toda e todo bem, com fraterna amizade, subscrevo-me,

atenciosamente,

PE. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB